



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, aprovada na sessão ordinária de 23 de setembro de 2022, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 26 de setembro de 2022. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



ATA N.º 6 – No dia 28 de junho de 2022, reuniu, às 20 horas e 45 minutos, no auditório da Biblioteca Municipal, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feíra, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, integrando ainda a Mesa a 1.ª Secretária da Mesa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Ata N.º 5 – Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022;**-----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**-----
- 3 – Petição - “Pela implementação de medidas de redução de velocidade na Rua Central Reis do Fidalgo, no Lugar de Tarei” (ao abrigo do artigo n.º 24.º do Regimento);**-----
- 4 – Desagregação da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros** -----
- Emissão de parecer;-----
- 5 – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano;**-----
- 6 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município - 2021;** -----
- 7 – Transferência de Competências – Municípios e Freguesias;**-----
- 8 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de uma parcela de terreno sita na Rua do Pomar, em Gião, União das Freguesias de Lobão, Louredo e Guisande;**-----
- 9 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno, sita na Rua do Futuro, da freguesia de Argoncilhe;**-----
- 10 – Regulamento do Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira;**-----



**11 - Programa Movimento e Bem-Estar - Atualização de Honorários
a liquidar aos professores -----
- Transferência de verbas 2021-2022. -----**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, assim como às intérpretes que iriam fazer a interpretação da sessão em Língua Gestual Portuguesa. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 2.^a Secretária da Mesa da Assembleia, Eva Lúcia Fernandes da Costa, de participar na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou, para esse efeito, o grupo municipal do PS a indicar um membro para completar a Mesa, tendo sido indicada a deputada municipal Alexandra Patrícia Alves Sousa (que substitui, nesta sessão, o membro Marco António Gomes Gonçalves), a qual integrou a Mesa. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou da entrada na Mesa de 5 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Sandra Maria da Silva Castro; -----



- Lourosa: Armando de Fontes Teixeira (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Miguel Ângelo Costa e Silva;-----
 - Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos; -----
 - Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Sara Elisabete Gomes Portal; ---
 - União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----
- Informou, ainda, que os membros Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Marco António Gomes Gonçalves (PS), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----
- Eva Costa: substituída pelo António Perestrelo de Lima, -----
 - Susana Silva: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva, -----
 - Marco Gonçalves: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa, ----
 - Lia Ferreira: substituída pelo Lécio Jorge Pereira Dias, -----
 - Carlos Cunha: substituído pelo João Paulo Oliveira Vidal. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 52 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira



Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Sandra Maria da Silva Castro; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Miguel Ângelo Costa e Silva; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Sara Elisabete Gomes Portal; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares,-----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade;-----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----



Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): João Paulo Oliveira Vidal;-----
Independente: Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do
Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----
Entraram no decorrer da sessão: Manuel Oliveira de Almeida (PS) e António
Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de
Fiães (PSD).-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão
de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento
relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do
artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e
emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr.
Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por
correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais.-----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da
Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 29 de abril de 2022 e a
presente sessão:-----

- “Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da
Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia dos
seguintes documentos aprovados por esta Assembleia, no Período de
Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária de 29 de abril de 2022:-----
 - . Voto de Pesar pelo falecimento de Antero Manuel Alves Monteiro, -----
 - . Moção “Transferência de Competências (Educação)”, -----
 - . “Voto de Condenação da agressão da Federação Russa à Ucrânia e dos
crimes de guerra cometidos”,-----
 - . Recomendação “Implantação de um sistema de bicicletas
compartilhadas em Santa Maria da Feira”, -----
 - . Moção “Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários
(AHBV)”, -----
 - . Voto de “Saudação aos trabalhadores e às comemorações do 1.º de



Maio”;-----

- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia do Voto de Pesar pelo falecimento de Antero Manuel Alves Monteiro, aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2022, às seguintes pessoas/entidades:-----
 - . Maria Carolina Pinheiro de Sá Monteiro (esposa),-----
 - . Biblioteca Pública de São Paio de Oleiros,-----
 - . Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros,-----
 - . Presidente da Assembleia de Freguesia de São Paio de Oleiros;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia da República, a remeter fotocópia da moção “Transferência de Competências (Educação)”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2022;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, à Embaixadora da Ucrânia em Portugal, a remeter fotocópia do “Voto de Condenação da Agressão da Federação Russa à Ucrânia e dos Crimes de Guerra Cometidos”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2022;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia da moção “Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV)”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2022, às seguintes pessoas/entidades:-----
 - . Primeiro-Ministro,-----
 - . Presidente da Assembleia da República,-----
 - . Grupos Parlamentares do PS, PSD, CH, IL, PCP e deputados únicos do PAN e LIVRE,-----
 - . Associações dos Bombeiros Voluntários do Concelho (Feira, Lourosa e Arrifana),-----
 - . Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro,-----
 - . Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses;-----



- Convite da Real Estate Manaldi, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na inauguração do Supermercado ALDI de Santa Maria da Feira, que se realizou no dia 18 de maio de 2022 – o qual foi respondido, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, informando não lhe ser possível estar presente no evento devido a compromissos profissionais anteriormente assumidos; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Tiago Paiva sobre “Heliporto do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail;-----
- E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV)”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documentos relativos ao processo de Desagregação daquela União de Freguesias; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 11 e de 26 de abril de 2022;-----
- Convite da Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, ao Presidente da Assembleia Municipal, para as celebrações do 29.º Aniversário de Elevação de Rio Meão a Vila, que se realizaram no dia 20 de maio de 2022 – o qual foi respondido, por instrução do Presidente da Assembleia



Municipal, informando não lhe ser possível estar presente no evento devido a compromissos anteriormente assumidos;-----

- Ofício do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV)”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2022; ----
- E-mail do Coordenador do CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais (Associação Nacional de Assembleias Municipais), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo link para acesso digital ao n.º 21 da Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais; -----
- E-mail do Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV)”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2022; ----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 9 de maio de 2022; -----
- E-mail, por instrução do Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter convocatória para uma reunião do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, a qual se realizou no dia 14 de junho de 2022; -----
- Convite da Presidente da Assembleia de Freguesia de São Paio de Oleiros, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Assembleia Comemorativa do XXXI.º Aniversário de Elevação de São Paio de Oleiros a Vila, que se realizou no dia 20 de junho de 2022, assim como para participar na “Festa das Coletividades”, que ocorreu de 17 a 19 de junho de 2022; -----



- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Tiago Paiva sobre “Incumprimento de Contrato Coletivo de Trabalho” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail; -----
- E-mail do Coordenador do CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais (Associação Nacional de Assembleias Municipais), ao Presidente da Assembleia Municipal, divulgando Seminário sobre o tema “A prevenção da corrupção e infrações conexas no âmbito das autarquias locais”, que se realizou no dia 7 de junho de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a remeter documentos rececionados do Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, relativos ao processo de desagregação daquela União de Freguesias, solicitando emissão de parecer da Câmara Municipal sobre o processo em referência; -----
- Convite da Comissão de Festas em Honra à Sra. dos Remédios, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas cerimónias religiosas da Festa em referência, realizadas no dia 26 de junho de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 28 de junho de 2022, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 28 de junho de 2022, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia



Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022;-----

- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao munícipe José Alcides Santos Leite, informando-o, na qualidade de 1.º subscritor da petição “Pela implementação de medidas de redução de velocidade na Rua Central Reis do Fidalgo, no lugar de Tarei”, que a mesma está inscrita na Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, para ser apreciada; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 27 de junho de 2022; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de maio de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documentos relativos ao processo de Desagregação daquela União de Freguesias; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Marco Gonçalves, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do requerimento apresentado pela deputada municipal Susana Correia



- sobre diversas questões – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail;-----
- Ofício subscrito pelo Vice-Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a Câmara Municipal deliberou emitir parecer favorável à proposta de criação das freguesias de Caldas de São Jorge e de Pigeiros, por desagregação da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e de Pigeiros, remetendo extrato da minuta da reunião da Câmara Municipal de 20 de junho de 2022, no respeitante a essa matéria; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a remeter documentos rececionados do Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, relativos ao processo de desagregação daquela União de Freguesias, solicitando emissão de parecer da Câmara Municipal sobre o processo em referência; -----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 6 de junho de 2022; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Lia Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, por motivos de saúde, pelo que solicita a sua substituição; -----
 - E-mail do Vereador do Pelouro da Ação Social, Saúde, Proteção Civil e Bem-Estar Animal, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento das questões colocadas pela munícipe Liliana Silva na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022 – e-mail reencaminhado,



por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, à munícipe supramencionada;-----

- E-mail do Vereador do Pelouro das Obras Municipais, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação técnica e despacho nela exarado sobre a petição “Pela implementação de medidas de redução de velocidade na Rua Central Reis do Fidalgo, no lugar de Tarei”; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Carmino Bastos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Susana Ferreira Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição;-----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Nuno Joel Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Sara Elizabeth Gomes Portal;--
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação;-----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Eva Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar



- presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição; -----
- Convite da Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar no 15.º Encontro de Coletividades de Escapães, que se vai realizar de 1 a 3 de julho de 2022; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, pela Secretária daquela Junta de Freguesia – Sandra Maria da Silva Castro, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2022, devido a imprevisto de última hora e inadiável, pelo que solicita a sua substituição.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 5 documentos para serem apreciados – 2 moções e 2 recomendações do BE e 1 recomendação do CDS-PP – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: PELA DEFESA DOS CTT-----



Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013. ----- Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma. -----

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. -----

E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos. -----

Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas. -----

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuído este ano mais um dividendo por ação. -----

Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos do CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. Só na região Norte são



necessários mais 200 profissionais, alertam os sindicatos. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 28 de junho de 2022, delibera: -----

1 - Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028; -----

2 - Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais. -----

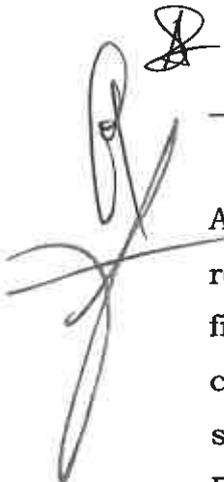
A presente moção a ser aprovada deverá ser remetida às seguintes entidades:-----

- Presidente da República -----
- Primeiro-Ministro -----
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----
- Câmara Municipal -----
- Juntas de Freguesia do concelho -----
- Assembleias de Freguesia do concelho-----
- Comunicação social local e nacional.” -----

“MOÇÃO: ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----

A crise económica e social que se abateu no país como consequência da pandemia de Covid-19, é agora agravada pela Guerra na Europa. Muitas das famílias cujos membros do agregado familiar perderam o emprego ou uma parte substancial do rendimento, e que ainda não conseguiram uma efetiva recuperação, vêm-se agora confrontados com um aumento inoportável do custo de vida. -----

Com o fim das moratórias e a instabilidade gerada pela precariedade, que continua a ser utilizada, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----



A situação de carência económica em que muitas famílias se encontram resultou numa dificuldade enorme em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, fatura essa que continua a aumentar com resultado de um contrato de concessão à INDÁQUA que em nada serve os interesses dos Feirenses. -----

De acordo com o atual presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, só daqui a 10 anos é que talvez seja possível repensar os moldes da concessão, permitindo que um bem essencial seja matéria-prima para o lucro de poucos, e à custa de todos. -----

Ora, esta política de conivência e a sistemática recusa da aplicação automática da Tarifa Social da Água, está a fazer com que os feirenses não vislumbrem tão cedo um acesso digno e justo a um bem essencial. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os



consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar quase 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 28 de junho de 2022, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do



Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

“RECOMENDAÇÃO: DECLARAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO ZONA DE LIBERDADE
LGBTIQA+ -----

O Parlamento Europeu declarou a União Europeia como uma “Zona de
Liberdade LGBTIQ”, a 11 de março de 2021, tendo em conta que a mesma
se funda nos valores do respeito pela dignidade humana, da democracia,
da liberdade, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos
humanos. -----

A resolução foi aprovada com 492 votos a favor, 141 contra e 46
abstenções. E esta ação tem o propósito claro do reconhecimento da luta
travada pela comunidade LGBTIQA+ em toda a Europa. Desde 2019 que a
Polónia aumentou a discriminação sobre as comunidades LGBTIQA+ ao
declarar-se como “Zona Livre de Pessoas LGBTIQA+”, pedindo aos governos
locais para se absterem de encorajar a tolerância para com essas pessoas,
e que retirassem a assistência financeira a organizações que promovem a
não discriminação e a igualdade. -----

As medidas foram implementadas na defesa do que consideram os “valores
tradicionais da família”, tendo sido aplicadas em cerca de 100 localidades
da Polónia. Na Hungria também se vem notando a mesma tendência de
perseguição a esses cidadãos, tendo a cidade de Nagykata adotado uma
resolução que “proíbe a disseminação e promoção da propaganda
LGBTIQA+”, em novembro de 2020. -----

Estas medidas na Polónia e Hungria fizeram recrudescer a violência contra
as comunidades LGBTIQ+ e a própria Agência dos Direitos Fundamentais
da União Europeia denuncia o medo generalizado das populações em
frequentar certos locais com medo de agressões, assédio, ou outro tipo de
ameaças. -----

O crescimento do populismo e da extrema-direita por toda a Europa e das
ações de violência que praticam não pode levar ao silêncio por parte das



instituições nacionais, o que seria intolerável. -----

A Europa reagiu, bloqueando a transferência de fundos comunitários para essas zonas polacas e húngaras, defendendo assim os valores europeus do respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade de género e minorias e direitos humanos. Estas ações culminaram com uma resolução declarando a União Europeia como “Zona de Liberdade para as pessoas LGBTIQ+. Na União Europeia, cada pessoa LGBTIQ deve sentir-se segura, ter as mesmas oportunidades e participar plenamente na sociedade.-----

Portugal tem sido um dos países do mundo mais hospitaleiros para a comunidade LGBTIQ. Mas isso não é suficiente, é preciso fazer de todas as cidades e municípios portugueses como “Zonas de Liberdade LGBTIQA+”.--
Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 28 de junho de 2022, recomenda à Câmara Municipal: -----

1. Declare Santa Maria da Feira como uma “Zona de Liberdade LGBTIQA+”, com o recurso a políticas públicas promotoras de direitos e da sua valorização como um espaço de proteção contra as violações dos direitos da comunidade LGBTIQA+.”-----

“RECOMENDAÇÃO: REFORÇO EFETIVO DOS APOIOS SOCIAIS E DOS TRANSPORTES PÚBLICOS -----

A guerra na Ucrânia fez disparar o preço dos combustíveis que, num efeito ‘bola de neve’, está a causar a subida generalizada dos bens de consumo, a começar pelo mais básicos. Esta conjuntura veio agravar as previsões que já eram pessimistas relativamente à subida do custo de vida para o ano de 2022, e à conseqüente perda do poder de compra.-----

Se em Portugal o salário mediano é baixo quando comparado com os restantes países da União Europeia, em Santa Maria da Feira a situação agrava-se ainda mais. De acordo com os dados disponibilizados pelo INE,



em 2020 (últimos dados disponíveis) o salário mediano em Santa Maria da Feira esteve significativamente abaixo da mediana nacional, sendo um dos 5 municípios da Área Metropolitana do Porto com salário mediano mais baixo. -----

Esta é a realidade, e a crise provocada pela Guerra na Ucrânia exige uma resposta efetiva das Câmaras Municipais na mobilização de todos os recursos ao seu dispor para apoiar as famílias mais desfavorecidas e que mais sofrem com a atual conjuntura. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 28 de junho de 2022, recomenda à Câmara Municipal: -----

1. Que reforce todas as rubricas de apoios sociais previstos no orçamento municipal, permitindo não só um aumento do valor do apoio, mas também um aumento substancial do número de beneficiários desse mesmo apoio; --
2. Que ofereça um serviço de transportes públicos que efetivamente diminua a necessidade de recurso a viatura própria e que sirva as necessidades da população.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“RECOMENDAÇÃO: CRIAÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL EM SANTA MARIA DA FEIRA -----
A Polícia Municipal é a polícia de proximidade por excelência. Essencial para a educação para a segurança. -----

A Polícia Municipal pode ser o elemento central da segurança dos cidadãos e um instrumento essencial para as políticas de segurança, de cumprimento dos regulamentos e de proteção civil dos Municípios. -----

A Polícia Municipal, apesar de não ter o estatuto de Força de Segurança, exerce funções de segurança na prossecução das suas atribuições. No âmbito da cooperação entre as polícias que atuam no concelho, em matéria de manutenção da tranquilidade pública e proteção das comunidades



locais, a coordenação decorre em articulação com o Presidente da Câmara e Comandantes das polícias competentes na área do município. -----

. O disposto do n.º 2 do artigo 3.º da Lei-organica expressa as funções de segurança preconizadas por esta polícia: -----

- "Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas, em coordenação com as forças de segurança; -----

- Vigilância nos transportes urbanos locais, em coordenação com as forças de segurança; -----

- Intervenção em programas destinados à ação das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos; -----

- Guarda de edificios e equipamentos públicos municipais, ou de outros temporariamente à sua responsabilidade; -----

- Regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal." -----

Em matéria de proteção das comunidades locais, a cooperação com as Forças de Segurança terá sempre de respeitar reciprocamente "as esferas de atuação próprias" de cada polícia. -----

As Polícias Municipais encontram-se mais próximas dos cidadãos. A sua atuação passa essencialmente pelo contacto direto com as populações. -----

É a organização policial que mais se identifica com a nova conceção do modelo de policiamento de proximidade. -----

Ao nível institucional insere-se no âmbito municipal. Daí decorre uma maior capacidade de integração e intervenção na comunidade. -----

Neste sentido, as Câmaras Municipais são as instituições democráticas que detêm maior conhecimento dos problemas reais que afetam os cidadãos dos respetivos concelhos. Por isso, a atividade policial das Polícias Municipais poderá enquadrar-se nesta nova conceção de policiamento, no qual predomina uma maior orientação para a resolução de conflitos, e em que é estabelecido um diálogo constante com as populações. Estas últimas



terão um papel fundamental, ativo e de corresponsabilização, na procura de soluções para a sua segurança e outros problemas sociais. -----
Após análise da situação de segurança e do desenvolvimento territorial do nosso Município é de extrema importância a criação de uma polícia municipal. -----

Tornando o nosso concelho numa referência a nível nacional, com valências que respondam às exigências dos dias de hoje. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 28 de junho de 2022, delibera: -----

1 - O CDS recomenda a esta Assembleia que vote favoravelmente a implantação da Polícia Municipal no nosso território. -----

2 - Para que o Município possa encetar todas as diligências necessárias, a implantação da Polícia Municipal no nosso Concelho.”-----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Vou começar por apresentar o nosso argumento para o voto que vamos ter na moção da defesa dos CTT. Infelizmente, o Governo do PS continua a manter em mãos privadas os CTT. O controle do serviço postal, apesar do seu interesse estratégico para o país e para as populações, não há dúvida que a privatização dos CTT se tem traduzido na degradação do serviço, de que é exemplo mais expressivo o encerramento de centenas de balcões, nomeadamente no nosso concelho, dificultando o acesso das populações, tornando-o mais caro e menos fiável, numa clara cedência aos interesses dos acionistas privados. -----

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2021, de 3 de novembro, altera a lei postal, não só permitindo que o contrato de concessão seja feito por ajuste direto, mantendo a privatização dos CTT, como criando condições para reduzir os poderes de fiscalização e regulação, o que traduz numa maior degradação da qualidade do serviço a par de um novo



aumento de preços e pagamento pelo Estado de compensações. -----

Por todas estas razões, votaremos a favor desta moção, tanto mais que sempre tivemos uma postura de desacordo pleno com a privatização dos CTT e estivemos com as populações na luta contra o encerramento dos postos, como aconteceu concretamente em Paços de Brandão. -----

Relativamente à tarifa social da água, a moção apresentada pelo BE, vamos votar a favor pelos benefícios reais e no imediato que esta medida traz. Votamos a favor embora entendamos que a ação social, em todos os seus aspetos, deveria ser uma competência do Governo Central. -----

Relativamente ao reforço dos apoios sociais e dos transportes públicos, o voto também é favorável, embora consideremos que a guerra não é a única responsável pelo aumento dos combustíveis e da energia, uma vez que é sobretudo o mercado liberalizado que influencia os respetivos preços, para não referir outras questões que condicionam este problema. A forma como se apresenta esta recomendação parece responsabilizar a autarquia pelo reforço dos apoios sociais, que é claramente uma competência do Governo Central. Contudo, no momento presente, não podemos deixar de votar a favor esta recomendação pelos benefícios concretos que podem advir para a população. -----

Relativamente à recomendação do BE para criar uma zona de liberdade LGBTIQA+, o nosso voto será de abstenção porque quer a Constituição, no seu artigo 13.º, quer as outras leis da República, nomeadamente o Código Penal, já contemplam a igualdade de direitos de todos os cidadãos e cidadãs em matéria de orientação sexual e gênero, bem como as respetivas sanções previstas pela sua violação. -----

Por outro lado, está definida uma estratégia nacional para a igualdade e a não-discriminação, Portugal Mais Igual, e em vigor um plano de ação para o combate à discriminação em razão de orientação sexual e identidade e expressão de gênero e características sexuais que se aplicam igualmente em todo o País. Não nos parece existir, pois, razão que justifique a criação de



uma zona de liberdade LGBTIQA+ em Santa Maria da Feira, por isso abstemo-nos. -----

Relativamente à recomendação do CDS, o nosso voto será contra porque se há um aspeto que não se justifica, no nosso ponto de vista, é a proliferação de polícias no corpo nacional. A criação de mais um corpo de polícia, a polícia municipal, cuja função é regulada pela lei n.º 19/2004, não é mais do que a duplicação de atribuições e responsabilidades já pertencentes a outros corpos policiais, como a PSP e a GNR, para além de representarem uma sobrecarga orçamental e administrativa para o Município. Ao contrário de se criar uma polícia municipal em Santa Maria da Feira, devia exigir-se, sim, o reforço das forças de segurança já existentes, dotando-as de mais meios técnicos e humanos. Assim, votaremos contra a recomendação de criação de uma polícia municipal no concelho de Santa Maria da Feira.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse querer, nesta sua intervenção, colocar quatro questões diretamente à Câmara. -----

Referiu que o Chega foi informado, em relação à Viagem Medieval, que alegadamente existirão lugares que são para os efetivos, pelo que gostaria de saber se há um concurso para a atribuição desses lugares, quais os critérios utilizados e se o mesmo é tornado público, comentando que já não é a primeira vez que comerciantes de Santa Maria da Feira concorrem à Viagem Medieval e não são contemplados por este ou aquele motivo. -----

Em relação às ciclovias disse que os pinos de proteção que foram colocados na ciclovia de Espargo, vulgarmente chamados de “abelhas”, não estão a funcionar, realçando que as pessoas continuam a estacionar os carros por cima das “abelhas”, mostrando falta de respeito pelos cicloturistas e pelos peões. Referiu que, nessa medida, gostava de saber se a Câmara tem prevista alguma atitude para tentar eliminar essa situação, até porque se trata de uma ciclovia que tem dois ou três meses, se tanto, e que já está a



ser danificada. -----

Disse também querer colocar uma questão que já colocou em anteriores sessões da Assembleia Municipal relativamente à habitação social, salientando que o Chega tem conhecimento de que existem algumas habitações sociais ou a custos controlados em que os arrendatários subalugam a própria habitação. Questionou se existe fiscalização para essas situações porque já não é a primeira vez que o Chega é interpelado a esse respeito, dizendo que gostava de saber se essa situação efetivamente ocorre, ou não. -----

Concluindo a sua intervenção aludiu à questão do estacionamento pago na cidade de Santa Maria da Feira, salientando que, pelo que o Chega sabe, a gestão está, agora, a ser feita pela Câmara Municipal. Referiu, nesse âmbito, que quando a fiscalização é feita pela PSP é aplicada uma multa de 30 euros pelo não pagamento do estacionamento, que corresponde a uma multa de mau estacionamento, questionando se não há a possibilidade de reduzir esse valor para os 8 euros, como acontece em concelhos vizinhos. --

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer que, nesta intervenção, se iria cingir a fazer duas perguntas aos proponentes das moções e recomendações, deixando para outro momento uma interpelação à Câmara Municipal sobre um outro assunto. -----

Disse que uma questão diz respeito à moção do BE sobre a tarifa social da água, salientando que o Decreto-Lei n.º 147/2017 o que diz é que a adesão dos municípios ao regime da tarifa social é voluntária, mediante deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. Referiu que o que diz no texto da moção é que a Assembleia Municipal delibera que a Câmara Municipal proceda à atribuição da tarifa social da água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, não estando a sugerir ou a recomendar que a Câmara traga a proposta à Assembleia Municipal, acrescentando que gostava de perceber qual é o



sentido dessa proposta do BE. -----

Disse que situação semelhante se passa em relação à proposta do CDS-PP sobre a criação da polícia municipal, realçando que o que diz a Lei n.º 19/2004 é que a criação das polícias municipais compete à Assembleia Municipal, mas, uma vez mais, sob proposta da Câmara Municipal. Referiu que, assim sendo, a recomendação do CDS-PP recomenda à entidade errada pois recomenda a esta Assembleia Municipal a criação da polícia municipal, comentando que esta Assembleia não vai recomendar-se a si própria criar uma instituição cuja proposta de criação deve vir da Câmara. Concluindo, disse querer perceber se estava a interpretar bem o sentido dessa recomendação do CDS-PP porque, fazendo a interpretação literal do que está escrito, a recomendação é inócua porque, mesmo que aprovada, não tem nenhuma consequência prática. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que alguns dos assuntos em apreço são repetidos, nomeadamente a moção a respeito da tarifa social da água, dando nota que o Partido Socialista tem sido unânime quanto a essa matéria, na Câmara e na Assembleia Municipal, pelo que iria votar favoravelmente essa moção. ----- Referiu que o grupo municipal do PS também iria votar favoravelmente os restantes documentos em apreço na tentativa de que, a partir deste momento, seja feito o caminho face à importância que tais assuntos têm no desenvolvimento do território, quer seja na base dos serviços postais, quer seja na base de melhorar a segurança nas cidades, seja através da polícia municipal ou através de outro tipo de mecanismos, como políticas públicas que a Câmara entenda adotar. Concluindo, frisou que a aprovação destes documentos é um primeiro passo para defender os interesses versados nos mesmos. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer que,



independentemente da questão da existência, ou não, de competência desta Assembleia para deliberar conforme o proposto, o grupo municipal do PSD, sobre a moção do BE pela defesa dos CTT, compreende e defende de forma intransigente a questão da iniciativa privada, independentemente de reconhecer o momento difícil que alguns trabalhadores e os próprios serviços estarão a viver. Disse estar em causa uma empresa privada que deve ser tutelada pelos privados e, portanto, entende que a Assembleia estaria a imiscuir-se na esfera do direito privado ao aprovar qualquer moção que vise essa situação.-----

Relativamente à moção sobre a atribuição automática da tarifa social da água disse que, da mesma forma como o Tiago Paiva já trouxe esta questão várias vezes à Assembleia Municipal, também já várias vezes foram realçados os serviços sociais da Câmara e a proteção que tem sido dada a quem tem dificuldade de pagar a água. Informou que o grupo municipal do PSD iria votar contra essa moção.-----

Sobre a recomendação relativa ao reforço efetivo dos apoios sociais e dos transportes públicos, disse que a Área Metropolitana do Porto tem um projeto no âmbito dos transportes pelo que falar de qualquer ideia, incentivo ou novo projeto que não envolva esse projeto da Área Metropolitana, que já está em desenvolvimento, não faz sentido. Referiu que esse projeto está parado porque está a decorrer um processo judicial, mas que se espera que, em breve, o mesmo avance, salientando que esse projeto prevê as tarifas, os horários, as novas paragens e as novas rotas, pelo que irá acudir àquilo que o Tiago Paiva propõe na recomendação. -----

Sobre a declaração do Município como Zona de Liberdade LGBTIQA+ disse que o grupo municipal do PSD considera que a mesma não faz qualquer sentido, não porque essas pessoas não devam ser defendidas e estar protegidas, mas porque a própria Constituição já prevê essa liberdade. Focou que em Portugal, felizmente, já se vive em liberdade, acrescentando que, além disso, não conhece nenhum caso que leve a esta tomada de



posição apenas para discriminar positivamente. Disse ser da opinião que Santa Maria da Feira é um município onde se vive em plena liberdade, onde as pessoas podem exercer os seus direitos políticos, de gênero, de orientação sexual, sem qualquer limitação, pelo que o grupo municipal do PSD entende que não faz qualquer sentido fazer aprovar essa recomendação. -----

Por último, em relação à recomendação do CDS-PP sobre a criação da polícia municipal, disse que, para começar, essa medida iria aumentar a despesa do Município e, além disso, as forças policiais existentes, a GNR e a PSP, assim como a Proteção Civil Municipal, têm feito um trabalho exemplar, conforme se comprova nas intervenções que têm tido nos trabalhos de combate à pandemia da Covid-19. Referiu que, por isso, o grupo municipal do PSD entende que não faz qualquer sentido aprovar essa recomendação, pelo que também a iria votar contra. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse querer manifestar a posição do BE quanto à recomendação do CDS-PP para a criação da polícia municipal no Concelho, dizendo que a opinião do BE é que, neste momento, o Município tem necessidades que vão para além desta necessidade de uma polícia municipal, a não ser que o CDS-PP esclareça e fundamente a necessidade efetiva de uma polícia municipal. Informou que, assim sendo, iria votar contra esta recomendação. -----

Disse querer aproveitar para responder a alguns pedidos de esclarecimento feitos relativamente às propostas apresentadas pelo BE, realçando, quanto à questão se é, ou não, competência da Assembleia deliberar o proposto no texto da moção sobre a atribuição automática da tarifa social da água, que o entendimento do BE é que esta moção visa instar a Câmara a agir para que seja aplicada a tarifa social da água, devendo a Câmara iniciar o procedimento necessário para que tal aconteça, primeiro através de proposta aprovada em reunião da Câmara e, depois, a mesma ser



submetida à Assembleia Municipal. Salientou que, assim, o BE é do entendimento que a moção é legítima e está bem apresentada.-----
Quanto à questão da avaliação que o grupo municipal do PSD faz da proposta sobre os CTT, esclareceu que o BE não quer uma imiscuição na esfera privada, que o que quer é garantir um serviço público e um serviço postal que dê resposta, efetivamente, às necessidades da população. Referiu que se a concessão, da forma em que foi feita, não permite garantir esse mesmo serviço público de qualidade, então o BE é de opinião que o Estado deve garantir um serviço postal de qualidade, reforçando que não se trata de imiscuir na esfera privada, mas sim de garantir um serviço público de qualidade. -----

Em relação à recomendação para a declaração do Município como zona de liberdade LGBTIQA+, e sobre o argumento que ouviu de que esta liberdade já é um direito consagrado na Constituição, realçou que os direitos consagrados na Constituição ou na Lei não são direitos adquiridos, comentando que, ainda nesta semana, se assistiu, nos Estados Unidos da América, à retirada do direito à interrupção voluntária da gravidez. -----
Concluindo, reforçou que está em causa a responsabilidade das instituições na defesa e na afirmação desses direitos, para que sejam efetivamente direitos adquiridos e não direitos transitórios. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse, a propósito da recomendação apresentada pelo CDS-PP sobre a criação da polícia municipal, que a mesma visa uma deliberação da Assembleia para que, depois, a Câmara proceda aos respetivos trâmites, comentando que se a Assembleia Municipal estiver à espera que seja a Câmara a propor esse mesmo projeto, nem daqui por 50 anos tal acontece. -----

Sobre as moções e recomendações apresentadas pelo BE disse que o CDS-PP subscreve as mesmas, inclusive a relativa aos CTT, salientando que apesar dos CTT terem sido entregues a uma entidade privada, existem



direitos, realçando que é intolerável o que está a acontecer com a entrega postal no Concelho e, de forma generalizada, no País.-----

Posto isto, e após verificar que o Sr. Presidente da Câmara não pretendeu usar da palavra em relação aos documentos em apreço, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os mesmos a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- *Moção "Pela defesa dos CTT", apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS:15, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), e 32 votos contra (PSD:31, IL), reprovando a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

- *Moção "Atribuição automática da Tarifa Social da Água", apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:15, BE, CDU, IND), 32 votos contra (PSD:31, CH) e 2 abstenções (CDS-PP, IL), reprovando a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Recomendação "Declaração do Município como Zona de Liberdade LGBTIQ+", apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:14, BE, CDS-PP, IL), 33 votos contra (PSD:31, CH, PS:1 - Rui Alves Rios) e 2 abstenções (CDU, IND), reprovando a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----



O membro **João Vidal** (CDU) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

Entrou o membro António Valdemar Ribeiro. -----

- Recomendação "Reforço efetivo dos apoios sociais e dos transportes públicos", apresentada pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND), 32 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CH), reprovou a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- Recomendação "Criação da Polícia Municipal de Santa Maria da Feira", apresentada pelo CDS-PP:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor (PS:12, CDS-PP, CH), 36 votos contra (PSD:32, BE, CDU, PS:2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva) e 3 abstenções (IL, IND, PS:1 – Francisco Andrade), reprovou a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a cada grupo municipal a possibilidade de usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro João Vidal.-----

Entrou o membro Manuel Oliveira de Almeida. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse o que, de seguida, se



passa a citar:-----

“Sr. Presidente da Câmara, os trabalhadores, os reformados, as micro e pequenas empresas sentem cada vez mais nas suas vidas as consequências do aumento generalizado do custo de vida, que se vai agravando com a especulação e com a subida dos preços dos bens e serviços essenciais.-----

Em Santa Maria da Feira, apesar de grandes lucrativas empresas dominarem o tecido económico do Município e da muita riqueza gerada, o salário médio dos trabalhadores e trabalhadoras por conta de outrem continua inferior à média nacional em cerca de 200 euros. O poder de compra da população é de 85% da média nacional.-----

É profundamente injusto e desumano colocar o fardo da inflação e das atividades especulativas sobre os trabalhadores e o povo.-----

Lamentavelmente, com o Orçamento de Estado para 2022 não foram tomadas medidas que abram caminho à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento do País. O Governo recusou-se a fixar preços máximos para os combustíveis, a repor a taxa do IVA na eletricidade e no gás nos 6% e definir um preço de referência para cada um dos produtos do cabaz básico.-----

Neste contexto difícil e tendo em conta que o Poder Local não pode alhear-se dos problemas das populações, como está a Câmara preparada para responder ao aumento das situações de emergência social, que o aumento do custo de vida irá provocar?-----

Uma outra questão que nos continua a preocupar é no âmbito do Ambiente, e tem a ver com a poluição das linhas de água do Concelho. Há muito pouco tempo, trouxemos a esta Assembleia uma questão sobre a poluição do Ribeiro de Paços Brandão. Viemos a verificar que este ribeiro também passa em Santa Maria de Lamas e, também aí, apresenta sinais de poluição.-----

Queríamos saber, visto que um cidadão de Santa Maria de Lamas,



assumindo a preocupação dos seus conterrâneos, denunciou várias vezes esta situação ao SEPNA e à Câmara, nunca tendo obtido resposta pela Câmara, e o SEPNA respondeu-lhe que estaria em diligências com a Câmara, com a Indaqua e com a Região Hidrográfica do Norte, o que é que a Câmara tem feito, se sabe desta situação e, além disso, em que situação está este processo, porque não tem havido alterações e a população continua a queixar-se da poluição que existe nesta linha de água.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Trazemos a esta assembleia um assunto que, em nossa opinião, merece particular prioridade – a mobilidade e o sistema de transportes no concelho. -----

Da parte da IL, temos vindo a fomentar uma reflexão séria sobre o assunto. Ainda recentemente organizámos uma conferência sobre a Linha do Vouga, muito participada, inspiradora e informativa. -----

Apesar da sua importância populacional e industrial, Santa Maria da Feira continua a ser um parente pobre da Área Metropolitana do Porto no que diz respeito à mobilidade e transportes. -----

Apesar de termos a certeza que este assunto também preocupa a Câmara Municipal, o que é certo é que o nosso sistema de mobilidade é subdesenvolvido, pouco acessível, mal conectado, lento e pouco seguro. ----

Num diagnóstico sintético poderemos destacar que: -----

- Milhares de pessoas têm de fazer deslocações intra e inter-concelhias diariamente, e, não tendo disponibilidade de transportes públicos eficientes, resta-lhes ter de usar viatura própria, com o conseqüente custo para as famílias e impacto ambiental negativo para as atuais e futuras gerações. -----



- É difícil e moroso chegar em transporte público aos núcleos urbanos mais próximos, nomeadamente ao Porto, à sede de distrito e às sedes dos concelhos vizinhos.-----
 - Mesmo dentro do concelho, falta-nos quantidade, qualidade, segurança e conforto na oferta de transporte público para nos deslocarmos entre as freguesias e mesmo dentro dos núcleos urbanos. Basta ver as filas de carros a deixar as crianças à porta das escolas para percebermos a distância que nos separa das cidades médias europeias. -----
 - Grande parte da rede viária é insegura, sem passeios, mal iluminada e com o piso em mau estado.-----
 - Faltam-nos eixos rodoviários estruturantes e novas ligações às autoestradas.-----
 - Peões e ciclistas não têm segurança nem conforto.-----
 - O contrato de concessão de estacionamento pago é um fracasso com graves consequências para os munícipes. -----
 - Estamos integrados na Área Metropolitana, mas só os outros têm Metro. Aqui é uma miragem. -----
 - Temos um sistema ferroviário do século XIX, o Vouguinha, que não serve para ligar as freguesias do concelho e menos ainda para nos conectar com os principais eixos do país. Um sistema assente em automotoras a diesel, poluentes, degradadas e sem conforto. Pelo que se vai percebendo, o atual plano de investimento não prevê a sua eletrificação e ainda não é clara se e como vai ser feita a ligação à linha do Norte. -----
 - A intermodalidade é uma promessa por cumprir.-----
- Perante estes desafios, o que faz o município? -----
Muito pouco. -----
Tomemos o exemplo das ciclovias. -----
Trata-se de uma aposta relevante e que, de facto, poderia dar um contributo importante para a melhoria do conforto e segurança dos utilizadores da bicicleta e até para incentivar o seu maior uso.-----



No entanto, as intervenções da câmara têm sido fragmentadas, tecnicamente discutíveis e, na realidade, inconsequentes.-----

A aposta tem sido espalhar ciclovias sem critério nem qualidade. Não chega pintar bermas ou plantar abelhas, para dizer que se está a apostar na mobilidade suave. Em nossa opinião, o que tem sido feito são meras operações de cosmética que não resolvem nada de estrutural, apenas despejam dinheiro para dar a ideia que somos muito modernos e amigos do ambiente. -----

Este é apenas um exemplo, um mau exemplo, de uma oportunidade perdida. -----

Apelamos a que se deixe de trabalhar para as redes sociais e que se trabalhe mais para os cidadãos, porque é urgente repensar a nossa mobilidade, torná-la, de facto, mais segura, eficiente e menos poluente.-----

O concelho merece mais e melhor. -----

Na Iniciativa Liberal, entendemos que é nossa obrigação estar atentos, exigir mais e fazer propostas.-----

Por isso, trazemos a esta assembleia alguns pedidos de informação, uma solicitação e uma sugestão.-----

Primeiro - os pedidos de informação. -----

- Pedimos que a Câmara informe esta assembleia sobre: -----

- Se existe algum plano integrado concelhio para promover a segurança e conforto de peões e ciclistas?-----

- Qual o uso efetivo das ciclovias no concelho. Ou seja, quantas pessoas efetivamente deixaram de usar veículos motorizados e os trocaram pela bicicleta. -----

- Qual o número semanal e mensal de utilizadores do Transfeira e que se apresente uma análise custo-benefício deste sistema;-----

- Qual o plano de expansão do Metro do Porto a Sul do Douro.-----

- Qual o plano de investimento previsto para a linha do Vouga, e, em particular, no território do nosso concelho.-----



Segundo - uma solicitação. -----

- Que nos termos do n.º 5 do artigo 3.º do regimento desta assembleia, a mesa convoque o secretário executivo metropolitano para responder perante esta assembleia sobre a estratégia metropolitana de transportes e que investimentos estão previstos para Santa Maria da Feira nos próximos anos. -----

Terceiro - uma sugestão, em sequência das questões aqui colocadas. -----

- Sugerimos que a Câmara Municipal apresente a esta Assembleia, ainda este ano, um plano concreto e exequível para a melhoria efetiva do sistema de mobilidade para o concelho, incluindo: -----

. Plano de investimento previsto para a rede viária, e em particular, -----

. A solução para o chamado Túnel dos Passionistas e respetivo calendário, -

. A eventual criação de um nó de acesso à A1 na área de Santa Maria de Lamas / Rio Meão, -----

. O plano para a conclusão da rede viária estruturante do concelho (Ex. Eixo das Cortiças), -----

. O plano para a retirada ou colocação de parquímetros em Santa Maria da Feira, -----

. Um plano para reforço das condições de segurança de pessoas com mobilidade reduzida, peões e veículos sem motor, -----

. Um programa integrado de Mobilidade Suave, incluindo rede de ciclovias e incentivo a soluções de micro-mobilidade, viaturas partilhadas e respetivos objetivos quantificados, -----

. O plano de investimentos previstos para Santa Maria da Feira a realizar nos próximos anos pela REFER e Infraestruturas de Portugal. -----

Estes pedidos serão submetidos ao senhor presidente da assembleia municipal por escrito.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que, numa anterior sessão, questionou sobre um terreno que foi adquirido pela



Câmara, situado na Avenida de Sarrilha, na freguesia de São Miguel de Souto, para construção de habitações a custos controlados, em que foi lançada a obra e, depois, abandonada por uma série de situações, tendo ficado só o desaterro, isto já há cerca de 10 ou 15 anos. Referiu que aquele terreno está à venda numa imobiliária, questionando se a Câmara já tinha alienado aquele património em prol de terceiros ou se é a Câmara que está a vender o mesmo. Salientou que o Sr. Presidente da Câmara disse que ia averiguar o que se passava com esse terreno, solicitando ser esclarecido quanto à situação do mesmo. -----

Questionou, ainda, para quando o início da concretização do complexo de Sanfins, assim como perguntou se o processo de aquisição dos terrenos na zona envolvente do Castro de Romariz já está concluído ou se falta adquirir algum terreno. -----

Referiu, de seguida, que o Centro Escolar de Santa Maria da Feira deve envergonhar todos os feirenses, dado o estado de degradação completa em que se encontra aquele espaço que se situa numa zona central da cidade, questionando para quando o final daquela situação que é muito desagradável para o Município. -----

Perguntou, também, se há algum desenvolvimento no projeto do novo edifício dos Paços do Concelho. -----

Para terminar, questionou até quando é que o Sr. Presidente da Câmara vai permitir que um vereador continue a ameaçar os feirenses que não têm contrato de ligação com a empresa Indaqua, mandando-lhes cartas registadas com ameaças de coimas.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse ter uma questão a colocar relacionada com um contrato que foi assinado pelo Executivo com a empresa HSC – Healthy Smart Cities, Lda, que tem como objeto o projeto-piloto de saúde comunitária preventiva, vigilância comunitária de monitorização de hipertensão arterial, ressaltando que este contrato foi



feito através de um procedimento de consulta prévia. -----
Neste âmbito, questionou quais foram as entidades consultadas para além da HSC, quando foi realizada a consulta prévia e quais foram as credenciais apresentadas pela entidade para efetuar este serviço. -----
Disse também querer solicitar ao Executivo que, se possível, forneça ao BE toda a documentação associada a este processo, nomeadamente o procedimento de consulta às entidades, bem como o caderno de encargos e todos os demais documentos associados. -----

Interveio a deputada municipal **Maria Fátima Oliveira** (PS) que começou por dizer que, primeiramente, queria chamar a atenção para o estado de manutenção de algumas zonas dos passadiços que ligam Lobão a Caldas de São Jorge, que estão a ficar cobertas pela vegetação. Referiu ainda que, no último troço, junto à ponte da Chã, há uma interrupção do passadiço e as pessoas têm de fazer um pequeno desvio para continuar no mesmo, provocando alguma confusão para quem não conhece, realçando que era importante haver alguma sinalética naquele local para que as pessoas encontrem a continuidade do passadiço mais facilmente. -----

Salientou também que, pelo que tem conhecimento, ainda não houve a delegação de competências respeitante à manutenção desse troço, para, por exemplo, fazer a recolha do lixo, chamando a atenção da Câmara para essa situação. -----

Disse que o segundo assunto tem a ver com as obras na envolvente das Termas de S. Jorge, salientando que as mesmas já se iniciaram há uns meses, mas a forma como estão a decorrer tem levantado muitas dúvidas e criado muitos constrangimentos que a tutela, ao que tudo indica, tem tido alguma dificuldade em resolver. Referiu que, inclusivamente, há a sensação de alguma confusão no decurso das obras, pois constroem-se muros e passeios que, passados alguns dias, são deitados abaixo, assim como há frentes de obra que são iniciadas sem o final de outras, como é



exemplo a rua que vai do cruzamento do Novo Banco até à Sé, a qual se encontra praticamente intransitável desde o início das obras, há meses, não se vislumbrando desenvolvimentos. -----

Disse ser necessário ter em conta que essa é uma zona de comércio e empresas que estão, obviamente, com as suas atividades seriamente comprometidas, assim como é a zona de acesso às termas, comentando que parece não haver uma preocupação em criar as condições mínimas para que as pessoas que dependem daquela zona possam continuar as suas atividades com o mínimo de dignidade. -----

Referiu também que Caldas de São Jorge era, a nível cultural, um marco na programação cultural de verão, mas que está completamente morta, não tendo havido uma preocupação no planeamento das obras no sentido de criar condições para que se pudessem manter, pelo menos, alguns dos eventos que eram habituais e que muito dinamizavam aquela zona. -----

Neste âmbito, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem acompanhado as obras e se tem existido um esforço de articulação com os empresários, comerciantes e moradores, se são ouvidos nas suas preocupações e informados sobre o decurso das obras, no sentido de minimizar os impactos negativos a que estão sujeitos. -----

Concluindo, requereu que lhe fosse facultado, se possível, o projeto das obras de requalificação da zona em questão. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse querer reiterar a preocupação do Partido Socialista com o tema apresentado pelo membro Carlos Martins, da Iniciativa Liberal, a propósito da mobilidade, salientando que a forma como foi apresentado deve fazer com que todos se sintam, de certa forma, deprimidos. Referiu que, neste âmbito, foi apresentada nesta sessão uma recomendação pelo BE sobre os transportes públicos, que acabou por ser reprovada pela Assembleia Municipal. -----
Disse que gostava ainda de solicitar à Câmara no sentido de, nesta



Asssembleia Municipal, poder ser auscultado o Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência para se perceber a atividade que está a ser desenvolvida no Concelho, que se quer um concelho apto para acolher todos os cidadãos. -----

Referiu que outra questão tem a ver com as obras que vão decorrer na EB 1 da Póvoa, perguntando se já está organizada ou articulada a forma como vai ser integrada a comunidade escolar. -----

Disse querer aproveitar para, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, saudar toda a comunidade educativa, todo o esforço que foi feito ao longo destes anos para se poder dar o melhor na educação, assim como para questionar ao Executivo se já existe alguma informação que possa ser cedida a esta Assembleia Municipal quanto ao plano estratégico educativo municipal, para se perceber o caminho que a Câmara tem pensado para esta área tão importante que é a Educação. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dar os parabéns ao Executivo e a toda a equipa camarária pelo evento Mosaico Social, realizado no passado fim de semana, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara para que fizesse, nesta Assembleia, um pequeno balanço sobre o mesmo. -- Referiu que, em segundo lugar, pedia igualmente ao Sr. Presidente da Câmara para dar um esclarecimento sobre a proposta apresentada pelo PS na última reunião de Câmara acerca do estacionamento pago na Avenida Francisco Sá Carneiro, em Santa Maria da Feira, uma vez que esse assunto criou algum alarme social, acrescentando que o grupo municipal do PSD gostava de perceber quais são os projetos que existem e o que é que a Câmara tem pensado para aquele local. -----

Salientou que, por último, queria dar os parabéns por mais um grande investimento que vem para Santa Maria da Feira, resultado de um grande trabalho da equipa liderada por Emídio Sousa, dizendo que essa situação contraria, de certa forma, o cenário efetivamente deprimente mencionado



pelo membro Carlos Martins. Realçou que a situação é exatamente a oposta porque Santa Maria da Feira é um concelho pujante, em franco desenvolvimento, e, certamente, continuará a liderar o distrito de Aveiro e, quem sabe, a Área Metropolitana do Porto. -----

De seguida, interveio o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os esclarecimentos que entendesse convenientes, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Miguel Branco, do Chega.-----

Sobre os lugares na Viagem Medieval, disse julgar que tem a ver com os concursos que são feitos periodicamente para a atribuição dos espaços, que habitualmente decorrem entre março e abril, em que a própria Federação das Coletividades integra o júri de concurso, pelo que essa é uma situação totalmente transparente e aberta, em que há uma equipa técnica que escolhe de acordo com critérios bem definidos. -----

Em relação às ciclovias e às chamadas “abelhas”, colocadas na ciclovia que vai do Europarque até Rio Meão, deu nota que essa situação está a ser estudada pelos serviços camarários, face às muitas reclamações, acrescentando que é importante dizer que o respetivo projeto de execução foi feito por uma empresa externa, do Porto, com muito know-how e muita experiência na matéria, que deu e dá todas as garantias de uma boa execução. Reforçou que, face às múltiplas reclamações e alguma perceção que poderia existir, dado que a via Feira/Rio Meão/Paços de Brandão é uma via com características de via rápida e poderia, de facto, causar naquele local alguns constrangimentos, foi pedido aos serviços da Câmara para, em articulação com os projetistas, estudar algumas hipóteses de melhoria da segurança. Referiu que esse trabalho está a ser feito e que oportunamente existirão algumas medidas de acalmia de tráfego, principalmente no respeitante à velocidade, dado que existem troços onde há uma certa tendência para se andar com uma velocidade excessiva. Fez ainda notar que a ciclovia em questão ainda não está pronta, que está em



obra e ainda não foi rececionada pela Câmara. -----

Sobre a questão do subaluguer de habitações sociais disse que a Câmara tem técnicos e assistentes sociais que fazem o acompanhamento e que, até ao momento, não tem conhecimento de qualquer situação de subaluguer, pedindo para que, caso alguém saiba de algum caso concreto, informe a Câmara para que esta possa investigar essa situação que é ilegal. -----

Em relação ao estacionamento pago no centro histórico de Santa Maria da Feira informou que a gestão não está a ser feita pela Câmara, que continua a ser a concessionária, a empresa P. Parques, a fazer a gestão dos parquímetros. -----

De seguida, passou a responder às questões levantadas pelo membro João Vidal, da CDU, salientando, a propósito da questão do aumento do custo de vida, que é verdade que tal acontece, primeiramente acentuado pela pandemia e, agora, pela guerra na Ucrânia, dizendo ser uma situação que causa preocupação a todos. Referiu que é verdade que os salários são baixos, acrescentando que as políticas de desenvolvimento e fiscais do país tiram, se calhar, mais aos trabalhadores do que deveria, frisando que os portugueses têm uma carga fiscal elevadíssima e não têm serviços públicos correspondentes a essa carga fiscal, o que é de lamentar. Disse que, portanto, existe um problema de governação que ultrapassa a Câmara de Santa Maria da Feira, que é a política de fiscalidade e de rendimentos que tem o País e que tem levado Portugal a ficar, cada vez mais, na cauda da Europa, ressaltando que o Município está a fazer a sua parte do trabalho, estando preparado para dar as respostas sociais necessárias. Neste âmbito informou que, recentemente, o Município foi contemplado, numa candidatura, com cerca de 8,2 milhões de euros para prestar apoio às comunidades desfavorecidas, em múltiplas situações, reforçando que a Câmara está atenta a estes problemas. Salientou que, conforme costuma dizer, a maior medida social que ambiciona para o Concelho é o emprego para todos, realçando que essa é a grande ambição social que tem e que o



faz, muitas vezes, lutar, comentando que, felizmente, Santa Maria da Feira está nesse caminho. -----

Sobre a poluição da ribeira de Rio Maior referiu que existe um sistema de saneamento em funcionamento no Concelho, mas que ainda há um caminho longo a percorrer porque alguns sistemas são antigos, havendo ainda muitas situações em que se tem de ir, quase casa a casa, descobrir ligações clandestinas que estão debaixo da terra, sendo um trabalho muito difícil. Informou que os serviços camarários da fiscalização, junto com a Indaqua, estão a fazer esse trabalho de formiguinha, para tentar resolver estes múltiplos problemas que estão a ocorrer, principalmente, na zona da ribeira de Rio Maior, que abrange as freguesias de Santa Maria de Lamas, Lourosa, Mozelos e Paços de Brandão. Lembrou que situação similar já aconteceu na Bacia do Uíma, estando agora melhor, salientando que as situações nunca vão ficar perfeitas, que é um trabalho de paciência, demorado, que se começa, mas que nunca acaba. -----

Em relação à intervenção feita pelo membro Carlos Martins, da Iniciativa Liberal, disse, quanto à crítica de que o Concelho não tem iluminação pública, que o Concelho tem 44 mil luminárias, tendo uma das maiores faturas de luz do País, e que recorre à telegestão para poupar. -----

Sobre a afirmação de que o Vouguinha é do século 19, disse que não é, que é do século 20, mas que concorda que está a precisar de remodelação, informando que, na próxima semana, iria reunir com o Sr. Ministro porque há uma verba no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a reabilitação da linha do Vouga. Disse que o Município queria a bitola ibérica, mas que os técnicos da REFER e da CP entendem que a bitola métrica é, nas condições atuais, mais fácil de pôr a funcionar com as locomotivas a gásóleo, que virão do estrangeiro. Fez notar que a preocupação, neste momento, é essencialmente a reabilitação da linha do Vouga e a sua ligação à linha do Norte, em Espinho, dizendo ser isso que está em cima da mesa e sobre o qual o Município já tem vários estudos,



frisando que há 4 ou 5 anos que o Município anda a reivindicar isso e, neste momento, já há verbas reservadas para a reabilitação da linha do Vouga. Fez notar que entre existir as verbas, fazer os projetos e concretizar os mesmos leva muito tempo, mas que esse é um trabalho que está a ser feito em permanência, junto com todos os municípios da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, incluindo Espinho, havendo total empenho na ligação desta linha ferroviária à linha do Norte.-----

Disse que o membro Carlos Martins fez uma intervenção eloquente, colocando questões sobre os planos de mobilidade, os planos integrados, o número de pessoas que usam as ciclovias, quando é que o Metro do Porto chega a Santa Maria da Feira, mas que muitas destas questões já foram respondidas no Orçamento e no Plano de Atividades, algumas das quais envolvendo já anos de trabalho intenso e de resposta intensa. Disse ser verdade que a Câmara ainda não anda a contar as pessoas que usam as ciclovias, mas que tem um plano claro nessa vertente, tendo uma rede prevista de ciclovias, a primeira que prevê a ligação de Santa Maria da Feira até Lourosa, estando já feito o troço Santa Maria da Feira/São João de Ver e prestes a iniciar-se o troço Santa Maria de Lamas/Lourosa, assim como está a ser desenvolvido o projeto que liga São João de Ver a Santa Maria de Lamas e a Rio Meão. Informou que a Câmara tem também a intenção de fazer a ligação por ciclovia do centro histórico de Santa Maria da Feira até ao Europarque, que, por sua vez, vai entroncar na ligação que vai de Espargo até Paços de Brandão. -----

Referiu que, na parte nascente, na bacia do rio Uíma, existe a ligação por passadiço que já tem uma extensão bastante significativa, estando em desenvolvimento o projeto para o fazer chegar a Nadais, acrescentando que a intenção é que o mesmo chegue até à nascente do rio e, para jusante, até ao rio Douro. Salientou que, portanto, é um processo que vai sendo feito troço a troço, reafirmando que a intenção é ligar por passadiço toda aquela zona da bacia do rio Uíma, que é extremamente bonita e que tem uma



grande capacidade de desenvolvimento e de atração. -----

No âmbito dos transportes, recordou que a Área Metropolitana do Porto lançou um concurso público internacional para a rede de transporte, tendo há poucos dias apresentado a sua rede de transportes, redefinindo trajetos. Disse ser um processo complicadíssimo porque o sistema de contratação pública dá aos concorrentes a capacidade de meter providências cautelares, os quais o fazem, muitas vezes, só para chatear e protelar, inventando mil e uma razões para o fazer. Realçou que o concurso foi lançado há cerca de 4 anos, se a memória não lhe falha, que foi adjudicado há um ano e que não se sabe quando vai acabar, comentando que, quando estiver acabado, provavelmente as premissas que balizaram o seu lançamento já estarão fora de prazo. -----

Referiu que a legislação da contratação pública dá, na sua opinião, excesso de garantias aos concorrentes e condiciona a administração pública nas suas decisões, dizendo que não tem dúvidas que o Município precisa de uma rede de transportes atual, daí se ter definido os novos percursos, as paragens com informação eletrónica do tempo de espera, os carros elétricos e os carros a gás, reforçando que tudo isso está previsto no concurso, mas que, enquanto não se resolver as questões judiciais, nada feito. -----

Disse que outra nota importante é que o Concelho continua a ter transportes escolares de acordo com as necessidades das crianças, acrescentando, em relação à questão dos feirenses quererem transporte público, que as pessoas preferem claramente o transporte privado ao transporte público, realçando que até tem conhecimento de empresas, como a ECCO, que gratuitamente colocaram ao dispor dos colaboradores um autocarro, mas que andava vazio e, quando questionados, os funcionários responderam que queriam ir de viatura própria porque, depois do trabalho, pretendiam ir dar as suas voltas. Neste âmbito, disse ser do tempo em que ia trabalhar para Vila Nova de Gaia num autocarro



cheio, todos os dias, ida e volta, mas que muitas dessas camionetas deixaram de fazer o percurso porque não tinham clientes, realçando que a realidade atual é esta. -----

De seguida, passou a aludir às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, do CDS-PP, informando, sobre o terreno situado na freguesia de São Miguel de Souto, que o mesmo foi objeto, em tempos, de intensão de investimento de uma empresa privada para construção de habitação a custos controlados, mas que o processo não andou para a frente e esse assunto está encerrado, acrescentando que, pelo que sabe, esse terreno é privado. -----

Sobre a pista de atletismo de Sanfins disse que o projeto está em apreciação pelas entidades externas, dando nota que um dos pareceres fundamentais é do IPDJ. Explicou que, logo que obtidos os devidos pareceres, será lançado o concurso público. -----

Quanto aos terrenos da envolvente do Castro de Romariz informou que está concluído o processo da compra dos terrenos que estavam definidos. --

Sobre o Centro Escolar de Santa Maria da Feira informou que o projeto de execução está a ser concluído, estando-se também a ouvir a comunidade educativa em relação a esse processo. Deu ainda nota que, entretanto, durante um ano, vai ali ser instalado o centro paroquial que funciona na Remolha, uma vez que o mesmo vai sofrer obras de manutenção, acrescentando que vai ali estar um ano porque é o prazo que se estima vai demorar o processo de concurso até arrancar a obra do centro escolar. -----

Em relação ao novo edifício dos Paços do Concelho disse estar a decorrer o concurso de ideias e que nele participaram, segundo disse julgar, 32 concorrentes, salientando que as ideias estão a ser apreciadas pelo júri, que é composto por representantes de várias entidades, entre as quais a Ordem dos Arquitetos. -----

Sobre a questão da vereadora que ameaça os moradores por não ligarem a rede de água e de saneamento, disse que ela faz muito bem porque, no seu



entendimento, aquilo que é preciso fazer é sensibilizar as pessoas de que a ligação à rede de abastecimento de água e a ligação à rede de saneamento é importantíssima para a saúde delas e para a defesa do meio ambiente. --- Referiu que vê partidos políticos a terem pena das pessoas que podem ligar a água e o saneamento há 10 anos, mas que não querem ligar, a terem pena das coitadinhas das pessoas que já receberam 10 ou 20 notificações para procederem à ligação à rede, em cumprimento da legislação publicada em 2009, mas que não ligam, quando deviam ser esses mesmos partidos os grandes defensores deste serviço público. Realçou que, como comunidade e como sociedade, há que exigir que todos liguem esses serviços, realçando que, quem não puder pagar por algum motivo, o Concelho tem a sua rede social que apoiará no que for preciso, pelo que não há razão nenhuma para que não se cumpra a legislação, acrescentando que quem não o fizer tem de ser penalizado e que, em Portugal, as pessoas têm que se habituar a respeitar a lei. ----- Sobre o projeto de saúde preventiva de que falou o membro Tiago Paiva, do Bloco de Esquerda, disse tratar-se de uma parceria feita com o Health Cluster Portugal e com uma empresa contratada para fazer o fornecimento dos aparelhos que medem alguns indicadores de saúde. Explicou, quanto ao procedimento em questão, que foram consultadas três empresas, dando nota que se trata de uma experiência-piloto para medição de alguns sinais de pessoas com problemas de hipertensão, mas que o projeto é muito ambicioso, estando-se a iniciar este processo de monitorização de dados com vista ao desenvolvimento de uma aplicação. Disse que a ideia é, no futuro, cada pessoa, através do seu telemóvel, estar a ser monitorizada e o médico de família receber os dados no seu computador e, se houver algum parâmetro que esteja desregulado, ele ligar à pessoa para a aconselhar ou até marcar uma consulta. Referiu que o objetivo deste projeto é tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas durante mais 15,9 anos, que é o tempo que as pessoas dos países nórdicos têm após os 65 anos, ou seja,



até cerca dos 80 anos de idade. Disse que este aspeto tem muita importância para a sociedade porque evita que as pessoas tenham, por exemplo, que ir para um lar de idosos aos 70 anos, comentando que se se conseguir que as pessoas permaneçam nas suas casas até aos 80 ou 90 anos, com qualidade de vida, autónomas e com saúde, não estarão a sobrecarregar os serviços sociais nem a família, dando nota que a Finlândia já convidou o Município para ir apresentar este projeto.-----
Informou que há uma candidatura já aprovada de 2 milhões de euros em que Santa Maria da Feira é o único município que a integra, acrescentando que, se tudo correr bem, o Concelho terá, no futuro, novas medidas de saúde preventiva para que o médico cuide da saúde de cada pessoa mesmo antes desta estar doente. Referiu ainda que iria pedir aos serviços o fornecimento de uma 'pen drive' ao membro Tiago Paiva com toda a informação relativa ao projeto em questão. -----
Sobre as questões colocadas pela Maria de Fátima Oliveira disse, quanto à situação da vegetação existente nos passadiços de Caldas de São Jorge, que o ano de 2022 está a ser um ano particularmente crítico, com condições climáticas que fazem com que, passados poucos dias do corte da vegetação, a mesma já se encontre outra vez grande. Informou que a obra em questão ainda não está terminada, designadamente o troço entre Lobão e Caldas de São Jorge, estando ainda a cargo do empreiteiro. -----
Sobre a pequena parte do passadiço que ainda não está feita disse que não é na ponte da Chã, que será na rua do Rio, na ligação entre o passadiço de Fiães e o de Lobão, em que falta fazer um troço de cerca de 200 metros. Sobre isso, disse estar a ser lançada uma outra empreitada porque esse pequeno troço não está previsto na empreitada em curso, reconhecendo que houve uma lacuna e que o troço em questão faz falta porque aquela rua é perigosa, reafirmando que esse pequeno troço vai ser feito. -----
Voltando à questão da vegetação deu nota que a Câmara tinha um contrato com uma empresa privada que, entretanto, acabou, pelo que é



preciso fazer uma nova contratação, salientando que, entretanto, vai pedir aos presidentes de junta por onde passa o passadiço para que ajudem nesta tarefa de tentar ter a zona limpa, pelo menos um metro à volta do passadiço, assim como para fazer a recolha dos sacos do lixo.-----

Informou também que vão ser admitidos vigilantes de natureza, em princípio duas pessoas, para esse passadiço e para outros troços que se venham a construir no futuro, para que façam um acompanhamento permanente e a manutenção do passadiço, acrescentando que vai ser iniciado o respetivo procedimento de contratação. -----

Sobre o acompanhamento das obras na zona envolvente às Termas informou que existe uma empresa a fazer a fiscalização, comentando que ele próprio já acompanha obras há cerca de 30 anos e considera notável a quantidade de fiscais de obra que existe em qualquer parte do país, em que todos são especialistas em fazer comentários ao andamento da obra, parecendo que o único que não percebe nada é o próprio engenheiro da obra. -----

Disse que, além disso, a obra passa por várias fases, a fase em que não se faz nada e é uma desgraça, a fase em que se começa a obra e é outra desgraça porque só faz pó e lama, a fase em que se olha para a obra a nascer e os engenheiros são todos incompetentes, que não percebem nada daquilo, e a fase em que ela termina e é inaugurada, altura em que se diz que, afinal, a obra até ficou bem. Neste âmbito, disse estar à espera desta última fase das obras em Caldas de São Jorge, lamentando que seja o Partido Socialista que pior diz da obra, a qual vai transformar aquele espaço, que já é belíssimo, num local absolutamente espetacular, potenciador de negócios e de uma procura tremenda. Disse ter pena que uma obra que devia ser abraçada e adorada, principalmente pelos caldenses, mas também por pessoas de todo o concelho, esteja a ser alvo permanente de críticas nas redes sociais, nesta Assembleia, ou seja, em tudo quanto é sítio. -----



Sobre a questão de os negócios estarem a ser afetados disse que gosta de ir fazer as suas caminhadas ao domingo para aquela zona e, sempre que por ali passa, vê os bares cheios e vê o parque infantil cheio, dizendo que se deve criticar quando a Câmara não faz, mas que acha injusto que se critique a Câmara quando esta está a fazer obra, e a fazer bem. -----

Sobre a questão dos eventos naquela zona disse não saber quais são os eventos que faltam, comentando que, neste momento, estão a decorrer ali as obras e que, quando terminarem, logo se verá os eventos que ali podem ser realizados. Realçou que aquela zona vai ser uma nova pérola do território, que a obra vai ficar bem e que só não vê isso quem não quiser.---

Sobre a intervenção feita pela deputada municipal Susana Correia, do PS, disse que a mesma não precisa de estar deprimida na questão da mobilidade porque o Concelho tem muitos transportes e boas estradas.-----

Em relação à questão do Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência disse que o mesmo está a fazer o seu trabalho e acompanha as situações.--

Sobre a escola da Póvoa confirmou que a mesma vai entrar em obra, satisfazendo uma grande reivindicação das pessoas de Paços de Brandão e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Informou que a Câmara tem falado com a Associação de Pais e com a Junta de Freguesia e que está tudo acautelado, esperando que a obra corra bem e de forma rápida para que a escola fique com boas condições. -----

Sobre o plano educativo municipal informou que o mesmo se encontra em processo de atualização e que, recentemente, foi distribuída uma primeira versão da mesma, acrescentando que iria pedir ao respetivo vereador para fazer chegar essa versão à senhora deputada. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro João Cunha, do PSD, disse querer agradecer-lhe a referência que fez ao evento Mosaico Social, realçando que o mesmo foi um sucesso, que teve um regresso em força depois dos anos de interrupção devido à pandemia. Salientou que os idosos estiveram em força, com as suas criações, dizendo ter ficado particularmente



sensibilizado ao ver os seniores a dançar, ao vê-los entusiasmadíssimos, ao vê-los a correr e a fazer provas, comentando que, por vezes, o exercício das suas funções lhe traz momentos particularmente gratos, frisando que se sentiu orgulhoso e feliz com toda a equipa que tem a trabalhar consigo e que proporcionaram este evento de sucesso. -----

Quanto à questão sobre o estacionamento pago na Avenida Francisco Sá Carneiro esclareceu que, na última reunião de Câmara, os vereadores do Partido Socialista alertaram que a mesma se encontra, muitas vezes, superlotada de estacionamento, fazendo com que muitos condutores estacionem em segunda fila, e propuseram a implementação do estacionamento pago naquela avenida. Disse ter achado curiosa essa proposta porque o Partido Socialista é muito crítico do estacionamento pago no centro histórico da cidade, quando a razão para aí se ter implementado o estacionamento pago não foi a receita que proporciona, mas precisamente para libertar espaço para aquelas pessoas que querem ir tratar de um assunto à Câmara, ao banco ou às Finanças, e que só precisam de 15 ou 20 minutos para o fazer. -----

Disse que a Avenida Francisco Sá Carneiro precisa de uma requalificação e que já estão a ser feitos os devidos estudos, mas que não passa necessariamente pela medida do estacionamento pago, salientando que vão ser os técnicos a dizer qual é a melhor solução para um melhor ordenamento do estacionamento, reforçando que não está no horizonte do Executivo implementar o estacionamento pago naquela avenida. Referiu que se tratou de uma proposta feita, com toda a lealdade, pelos vereadores do Partido Socialista, reafirmando que o assunto está a ser estudado, que há muitas hipóteses e que os técnicos estão a tratar desse assunto. -----

Sobre o novo investimento da Faurecia disse ser aquilo que tem vindo a dizer, ou seja, que um dos grandes objetivos dos executivos que lidera é o desenvolvimento económico e o pleno emprego, nomeadamente o emprego qualificado. Referiu que a Faurecia é um desses casos, em que serão mais



de mil postos de trabalho altamente qualificados porque não se trata da parte da manufatura, mas sim dos serviços globais da cabeça do grupo, como designers, economistas, técnicos de informática, que irão servir toda a Europa Ocidental mais a Roménia e Israel, assim como todo o Norte de África e a América do Sul, na parte do helpdesk, realçando tratar-se de uma grande vitória do território. Disse que Santa Maria da Feira não é um oásis no país, pois aquilo que se quer é que Portugal também seja atrativo de investimento qualificado e melhor remunerado, reforçando que é isso que está a acontecer no Concelho e que mais investimentos se seguirão, mas que só gosta de anunciar as situações quando são certas e seguras. --- Referiu que se há coisa que se orgulha é que Santa Maria da Feira tem, nos dias de hoje, uma procura de investimento tremenda e já está naquela fase em que até já recusa algum investimento que não interessa, estando mesmo à procura do emprego qualificado. ----- Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse julgar que o Município segue no bom caminho, apesar de ter muitas carências, como a falta de habitação devido ao facto de muitas pessoas querem vir viver para Santa Maria da Feira, reforçando que o território é muito atrativo e que se as pessoas gostam de viver em Santa Maria da Feira por algum motivo será. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que, na parte da sua intervenção anterior em que falou do tema da mobilidade, questionou sobre a possibilidade do Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência vir a esta Assembleia Municipal para ser ouvido a respeito da sua atividade no Município, e que não obteve resposta. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse custar-lhe, sinceramente, estar a pedir ao Sr. Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência para vir a uma sessão da Assembleia Municipal, que se realiza à noite, ainda mais quando



o mesmo tem mobilidade reduzida, salientando que acha preferível pedir ao Sr. Provedor para receber a deputada municipal Susana Correia, e ele certamente a receberá. Acrescentou que, para além disso, todos os anos é distribuído o relatório da respetiva Provedoria. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) usou novamente da palavra para dizer que o Partido Socialista tem o relatório da Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência, o qual fala das atividades da Provedoria, fala da preocupação em ouvir os munícipes com deficiência ou incapacidades, assim como refere que tem o objetivo de contribuir para que o Concelho seja um espaço apto para acolher todos os cidadãos. Salientou que o relatório refere uma série de atividades desenvolvidas no âmbito social, no âmbito desportivo, lazer e recreativo, no âmbito da saúde, acessibilidades e mobilidade, pelo que perguntava se a Assembleia Municipal pode, ou não, ter o Sr. Provedor presente numa sessão, para o ouvir a explicar estas atividades. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** questionou à deputada municipal Susana Correia se aquilo que o grupo municipal do PS estava a propor é que esta Assembleia delibere no sentido de o Sr. Provedor estar presente numa próxima sessão da Assembleia, tendo obtido essa confirmação da parte da mesma. -----

De seguida, e a propósito da solicitação feita pelo membro Carlos Martins para se convocar o secretariado executivo metropolitano, referiu que aquele membro atribuiu ao Presidente da Assembleia competências que não tem, esclarecendo que todo o artigo 3.º do Regimento refere-se a competências da Assembleia Municipal, e não do Presidente da Assembleia, nomeadamente o n.º 5, alínea a) que diz que compete à Assembleia Municipal convocar o secretariado executivo metropolitano. -----

Referiu que, portanto, não é o Presidente da Assembleia que tem essa



competência, nem tão-pouco a Mesa da Assembleia, mas sim a Assembleia Municipal, pelo que, nessa medida, o membro Carlos Martins poderia, se assim o quisesse, reformular a sua proposta. -----

Dado este esclarecimento, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta apresentada pelo grupo municipal do PS quanto à solicitação ao Sr. Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência para estar presente numa próxima sessão desta Assembleia, para prestar os esclarecimentos enunciados pela deputada municipal Susana Correia.-----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor da proposta (PS: 16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 32 votos contra (PSD), reprovando a proposta em referência. -----

O membro **João Cunha** (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----
“Relativamente à proposta do Partido Socialista votamos contra apenas por discordar do método utilizado. Existe uma reunião da Comissão Permanente em que isto não foi abordado, e sobre a lealdade entre os deputados municipais, isso devia ter sido feito. Assim, o devendo fazer, se houver essa concordância, estaremos disponíveis para aprovar isso.”-----

De seguida, o membro **Carlos Martins** (IL) pediu a palavra, dizendo, a propósito da proposta que fez com vista à convocação do secretariado executivo metropolitano para ser ouvido por esta Assembleia, que julga que não há ninguém que não queira ouvir um responsável metropolitano sobre um assunto que interessa ao Concelho e, portanto, mais do que querer partidarizar a questão, gostaria de levar o assunto à próxima reunião da Comissão Permanente. Disse que, então, retirava a proposta, para que previamente o assunto possa ser discutido pela Comissão Permanente e, de forma articulada, ser presente à Assembleia Municipal. Concluindo,



pediu que o assunto não fosse partidarizado, pois é de interesse receber o esclarecimento do que se passa à escala metropolitana. -----

Posto isto, dada a retirada da proposta, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Saiu o membro Daniel Gomes. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 - Ata N.º 5 - Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente enviada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 41 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros João Cunha, Serafim Guimarães, Susana Correia, Manuel Almeida, Ângelo Santos, João Vidal, Sandra Castro, Ricardo Leite, Miguel Ângelo Silva, Carmindo Bastos, José Carlos Silva e Sara Elisabete Portal.-----

Saiu o membro Minervina Rocha.-----

2 - Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 10.621, em 20 de junho de 2022) que anexa o III Relatório de 2022 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem



das obras e fornecimentos adjudicados e contratados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal –, fazendo notar que o documento em questão é presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse ter algumas dúvidas por falta de pormenor na descrição de algumas obras que constam da listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados. -----

Referiu que uma das obras está descrita como horas de máquina com operador, no valor de 360.600 €, questionando a que diz respeito. -----

Sobre o aluguer de salas modulares para atividades letivas, com a verba de 19.969 €, perguntou se diz respeito a alguma escola que já está em obras, ou, se não, qual é a função destas salas modulares. -----

Quanto à aquisição de serviços de Maestro para a Orquestra Criativa, no valor de 44.424 €, disse que gostava de perceber no âmbito de que evento é que foi feita esta aquisição de serviços. -----

Concluindo, disse que outra rubrica diz respeito à aquisição de serviços jurídicos, no valor de 36.000 €, questionando que tipo de serviços jurídicos estão em causa, se é um serviço contínuo ou se é alguma prestação de serviços extraordinária. -----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou à Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, para dar os devidos esclarecimentos, a qual esclareceu que a rubrica de horas de máquina com operador refere-se a um contrato global de utilização, durante o ano, em que o serviço é utilizado à medida das necessidades, sendo o chamado fornecimento contínuo. -----

Em relação à aquisição de serviços jurídicos, disse tratar-se de um serviço jurídico para apoio geral aos serviços da Câmara, como complemento aos



serviços jurídicos da própria Câmara, nomeadamente no âmbito das
contraordenações e afins. -----

O Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, **Amadeu Albergaria**,
informou, sobre a questão das salas modulares, que as mesmas estão
instaladas na EB 1, n.º 1, de Santa Maria da Feira, por causa da obra que
está a decorrer nessa escola. -----

Sobre a aquisição de serviços de Maestro para a Orquestra Criativa,
informou que o Maestro Aleksander Caric Zar faz a direção artística da
Orquestra, a qual participou, por exemplo, em eventos da programação do
Imaginarium, no Mosaico Social, tem colaborado com algumas juntas de
freguesia, nomeadamente em festas escolares, mas que a principal função
do Maestro é o trabalho que faz semanalmente junto das comunidades
desfavorecidas, nas escolas, nas IPSS, nos bairros de habitação social e
nas CERCI. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente
ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em
referência. -----

**3 - Petição - “Pela implementação de medidas de redução de
velocidade na Rua Central Reis do Fidalgo, no Lugar de Tarei” (ao
abrigo do artigo n.º 24.º do Regimento)**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe,
agendado nos termos da disposição regimental em referência, no
seguimento da Petição remetida à Mesa (registada na Divisão de
Administração Geral sob o n.º 17.277, em 30/11/2022), fazendo ainda
alusão ao despacho do Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais que
incidiu sobre a informação técnica n.º 121/2022/FM/DRVT, de
22/06/2022, no âmbito do assunto em questão - documentos



oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal.

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que, em sede da Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, foi decidido chamar àquela Comissão o 1.º subscritor da petição em referência, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, assim como o técnico que procedeu à informação técnica na qual se estribou o despacho do Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, com vista a melhor ser informada a Comissão Permanente para proceder ao seu relatório, que será apresentado a esta Assembleia Municipal numa próxima sessão.

Reentraram os membros Daniel Gomes e Minervina Rocha.

4 – Desagregação da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros

- Emissão de parecer

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias em referência (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 8.389, em 11/05/2022), fazendo ainda alusão ao ofício do Sr. Presidente da Câmara a informar do parecer dado pela Câmara no âmbito do assunto (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 8.514, em 22/06/2022) – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal e cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.

O **Sr. Presidente da Câmara** disse querer dar uma nota porque, na proposta aprovada na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de



Caldas de São Jorge e Pigeiros, consta a criação da freguesia de Caldas de São Jorge e da freguesia de Santa Maria de Pigeiros, e que a Câmara decidiu seguir essa proposta, apesar de constar no texto da deliberação que aparece na minuta da reunião de Câmara constar a designação de Pigeiros, e não de Santa Maria de Pigeiros, comentando que irá ser feita a devida correção. -----

Pediu então que, tanto na minuta como na ata desta sessão da Assembleia, fique a constar a criação das Freguesias de Caldas de São Jorge e de Santa Maria de Pigeiros, seguindo a proposta da Assembleia de Freguesia. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** clarificou à Assembleia que, portanto, a desagregação em questão cria a freguesia de Caldas de São Jorge e a freguesia de Santa Maria de Pigeiros. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“A extinção de freguesias através da denominada Reorganização Administrativa do Território das Freguesias operada pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, imposta por PSD e CDS, durante o Governo Passos Coelho / Troika, mereceu a contestação e repúdio generalizados.----- Este processo teve consequências profundamente negativas junto das populações. Perdeu-se a proximidade que caracterizava este nível de Poder Local, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia, dificultou-se a intervenção na resolução de problemas, perdeu-se a identidade e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações. E contrariamente à enorme propaganda política, a extinção de freguesias não correspondeu ao reforço da coesão territorial, mas sim ao aumento das assimetrias regionais já existentes. Desde então, as populações de norte a sul do país têm reivindicado e lutado pela reposição das freguesias



extintas, tendo sido apresentadas, nos órgãos autárquicos, centenas de tomadas de posições e moções, nomeadamente nesta Assembleia Municipal. -----

Na anterior legislatura, o Governo comprometeu-se, num Congresso da ANAFRE, em apresentar uma iniciativa legislativa que estabelecesse novos critérios para a criação, agregação e extinção de freguesias, com o objetivo de corrigir situações anómalas. -----

Finalmente, a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, de autoria do PS, vem regulamentar a desagregação das freguesias, através de um processo moroso e complexo, que não facilita e até é suscetível de desmoralizar as populações, que se sentem descontentes com as agregações de freguesias que lhes foram impostas. -----

Tendo consciência destas dificuldades, não podemos deixar de felicitar e saudar as diligências desenvolvidas pelos órgãos autárquicos das freguesias das Caldas de S. Jorge e Pigeiros, que souberam traduzir os anseios das suas populações pela identidade de cada uma das freguesias. Saudamos a coragem e o pioneirismo deste processo, fazendo votos para que outros processos sejam encetados no mesmo sentido. -----

Votaremos a favor, com muita satisfação!"-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Portugal é um dos países mais centralistas da Europa, com graves consequências para a vida das pessoas e para a coesão do território. -----

O 25 de Abril trazia a promessa de democratizar o país, mas também de aproximar as decisões das populações.-----

A regionalização está prevista na Constituição da República Portuguesa desde 1976.-----

Mas desde então o que se fez? -----



Nada ou quase nada. E quando se fez alguma coisa, fez-se muito mal. -----
Fez-se muito mal o referendo de 1998, que mais parecia ter como propósito
acabar com a hipótese de regionalização do país. -----
Fez-se muito mal a agregação de freguesias no tempo da Troika que
sacrificou o parente mais pobre do modelo administrativo do país, as
freguesias, mas não reduzindo o estado central, nem revendo o mapa de
municípios. -----
Fez-se mal a organização do país em Comunidades Intermunicipais e Áreas
Metropolitanas, sem consultar as populações nem efetivamente
descentralizar os serviços do Estado de escala intermunicipal. -----
Fez-se mal o mecanismo de eleição dos presidentes das CCDR, na
realidade um jogo de distribuição de cargos entre o PS e o PSD. -----
E, como se vê, está a fazer-se muito mal o atual processo de
descentralização do Estado, tornando os municípios em tarefeiros, sem
poder nem dinheiro.-----
A IL assume a descentralização como um dos pilares fundamentais do seu
programa político. Defendemos de forma clara a descentralização da gestão
das escolas e do património do Estado; a neutralidade fiscal da
descentralização; a existência de um salário mínimo municipal; uma maior
autonomia local em relação ao IMI, etc., etc. -----
Defendemos a aplicação em pleno do princípio da subsidiariedade,
reduzindo o Estado Central e depositando o poder nos indivíduos e em
centros de decisão mais próximos destes.-----
Defendemos sempre a valorização do papel das autarquias. -----
E defendemos, obviamente, a agregação ou a desagregação voluntária de
freguesias quando resulte de uma efetiva vontade das populações e dos
seus eleitos. -----
É este o caso. -----
Sendo esta a vontade das populações, votamos convictamente a favor da
desagregação aqui proposta da União de Freguesias e a criação das



freguesias de Caldas de São Jorge e Santa Maria de Pigeiros.”-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que o CDS-PP respeita a vontade das populações e a deliberação tomada pela Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, acrescentando que, para o CDS-PP, o Concelho é constituído por 31 freguesias e continuará a lutar pelo bem-estar das populações, seja em freguesias agregadas ou individuais.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que a posição do BE, sobre a matéria em questão, foi sempre a mesma, ou seja, que sempre esteve ao lado da população que mostrou, desde cedo, o seu descontentamento com as soluções encontradas para a reorganização administrativa do território e das freguesias do Concelho. -----

Referiu que a proposta para a desagregação da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros é a primeira, mas que o esperado é que as demais uniões de freguesia do Concelho venham a adotar o mesmo procedimento, comentando que esta situação é a prova de que o processo foi mal conduzido e que as especificidades dos territórios foram mal geridas pelos autarcas, assim como de que há responsabilidades que devem ser assumidas por todos. -----

Referiu ainda que, depois de mais de oito anos em que as populações se manifestaram, por todo o Portugal, contra as diversas uniões de freguesias, cada uma com a sua especificidade, é precisamente três mandatos após a reorganização administrativa que este processo é finalmente revertido, comentando que, se calhar, em 2025, se vá assistir a uma ou outra recandidatura de algum presidente de junta para um quarto mandato, realçando que tal situação também pode acontecer em Santa Maria da Feira. -----

De seguida, após alertado que a lei proíbe a candidatura a um quarto



mandato, o membro Tiago Paiva pediu desculpa pelo comentário, reconhecendo o seu desconhecimento. -----

Concluindo, reforçou que o BE está do lado da vontade dos habitantes de Caldas de São Jorge e de Santa Maria de Pigeiros, pelo que iria votar favoravelmente a proposta apresentada. -----

Interveio a deputada municipal **Maria de Fátima Oliveira** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“É com muito agrado que, nove anos após as populações de algumas freguesias se verem obrigadas a agregar, poderemos assistir à primeira União de Freguesias a concretizar um desejo amplamente manifestado pelas suas populações no concelho de Santa Maria da Feira. -----

O Governo Socialista cumpriu a sua promessa de apresentar uma proposta de lei das freguesias que possibilitasse às juntas agregadas à força a reverter o processo e a reconhecer e corrigir o falhanço que foi a Lei Relvas. É uma lei que vem libertar as populações de todos os constrangimentos vividos ao longo destes nove anos e devolver-lhes a sua identidade e a autonomia na gestão dos seus territórios. -----

Independentemente do papel dos autarcas, que, obviamente, têm tentado gerir as Uniões da melhor forma, é facilmente perceptível que há muitas dificuldades a vários níveis para gerir estas agregações, o que se repercutiu em perdas significativas na proximidade que uma junta de freguesia deve ter com o seu território e com a sua população. -----

Obviamente, votaremos a favor. Esperamos que o processo, do ponto de vista jurídico, esteja a ser conduzido conforme aquilo que é exigido pela lei, no sentido de que não haja mais areias na engrenagem e que esta desagregação se venha, efetivamente, a concretizar. -----

Gostaria ainda de deixar uma palavra de felicitação à Comissão constituída maioritariamente por pigeirenses, que trabalhou anos a fio e que, apesar de todas as dificuldades, nunca desistiu do seu objetivo de desagregação. --



Também deixamos o apelo e o desejo para que haja esta disponibilidade por parte da Autarquia e desta Assembleia para acompanhar a vontade das populações das freguesias agregadas que entenderem seguir o mesmo processo de desagregação de Caldas São Jorge e Pigeiros.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer, face ao proferido pela deputada municipal do PS, que foi o PS que promoveu a anexação das várias freguesias, dizendo que é preciso ter alguma memória e não esquecer que a troika não veio para Portugal por causa do PSD, comentando que alguns tentam branquear esta situação. -----
Realçou que, de qualquer forma, o grupo municipal do PSD iria respeitar a vontade das populações das Caldas de São Jorge e de Pigeiros, e, portanto, iria votar favoravelmente a proposta, subscrevendo o parecer da Câmara. --

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dar nota que a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à desanexação.-
Disse ser preciso situar que a agregação de freguesias resultou do acordo assinado com a troika pelo governo do PS liderado por José Sócrates, e que o governo do PSD/CDS-PP, de Passos Coelho e de Paulo Portas, procurou minimizar as imposições da troika, que iam muito para além das freguesias, abrangendo também os municípios, comentando que isso seria dramático para algumas situações, embora não querendo dizer que não fosse bem feito. -----
Disse que é preciso repetir sempre a verdade porque a Esquerda repete tantas vezes a mentira que, a certa altura, a mesma parece verdade. -----
Referiu que outra nota é para dar os parabéns ao extraordinário trabalho feito pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, realçando que nenhuma das freguesias ficou prejudicada e que foi feita uma obra notável naquele território, tendo o mesmo vindo a



receber grandes investimentos por força do trabalho do Executivo daquela União de Freguesias.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD:32, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a proposta de criação das Freguesias de Caldas de São Jorge e de Santa Maria de Pigeiros, por desagregação da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros. -

5 - 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de junho de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD:32, PS:16, CDS-PP, IL, IND) e 3 abstenções (BE, CH, CDU), aprovar a 3.ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano - documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas - nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

6 - Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município - 2021 -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de



seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de junho de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por dizer que as Contas Consolidadas acabam por ser uma redundância porque, em grande medida, em mais de 99%, resultam das Contas do Município, comentando que se as Contas do Município estão bem, as Contas Consolidadas também estão bem. -----

Disse ser isso que se acabou por verificar, nomeadamente um resultado líquido bastante assinalável, de 13 milhões de euros, salientando que os resultados correntes também são constantemente positivos, tendo-se cumprido a regra do equilíbrio orçamental. Referiu que os resultados correntes positivos libertam fundos necessários para fazer face às despesas de capital, que é o que permite fazer obra e melhorar a qualidade de vida das pessoas, acrescentando que o passivo também tem vindo a cair, um pouco mais de 2 milhões de euros por ano.-----

Disse que se tem assistido a um aumento das despesas correntes, o que é normal porque também existe um aumento da atividade no Município, mas que a sua preocupação advém de que uma parte do aumento das receitas correntes está, certamente, associado a uma atividade extraordinária, que crê ser momentânea, resultante do IMT, comentando que o Município tem tido receitas que atingem picos constantes ano após ano, e isso ajuda a perceber o porquê de as receitas correntes estarem a ser tão elevadas. -----

Referiu que está em crer que essas receitas vão acabar por se reduzir nos próximos anos, mas que não sabe se as despesas correntes também vão reduzir, pelo que, portanto, poderá haver uma redução do excedente orçamental, o qual permite fazer face às despesas de capital que são necessárias para fazer tudo o que é preciso no território. -----



Disse que, para além disso, considera que mais do que ter uma Câmara rica, é preciso ter uma sociedade próspera, mas que não é isso que está a acontecer, realçando que os trabalhadores recebem, em Santa Maria da Feira, abaixo da média nacional e abaixo da média da Área Metropolitana do Porto. Acrescentou que os níveis de habilitações que existem no Município são absolutamente medianos e, portanto, não se está a preparar os concidadãos, os jovens do Concelho, para fazer face à economia do conhecimento do futuro. -----

Salientou que a intensidade inovadora do território não é a mais desejável, e que isso se traduz em registos de patentes e em projetos inovadores que acabam por não serem tantos quantos deveriam ser, e, portanto, o território acaba por ser atrativo porque a habitação é mais barata, porque está próximo do Porto, acabando por ser atrativo pelos piores motivos e não pelos melhores, como gostaria. -----

Referiu que, por outro lado, também lhe parece que o Município tem abdicado de fazer investimentos reprodutivos no território, comentando que há vários estudos que indicam que, por exemplo, a Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, por cada euro que o Município do Porto investiu, traduziu-se em mais 30 euros em investimento privado, questionando o quanto não teria sido alcançado em Santa Maria da Feira com o mesmo proceder. -----

Concluindo, reafirmou que entende que falta uma simbiose mais forte entre políticas públicas e iniciativa privada para que todos possam prosperar um pouco mais, reforçando que, mais do que uma Câmara rica, é preciso ter uma sociedade próspera, mas que não é isso que está a acontecer, neste momento, no Concelho. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por dizer que, relativamente às Contas em si, não há muito a dizer até porque o Revisor Externo já disse tudo, nomeadamente na aprovação que fez das mesmas. --



Disse não poder deixar de dar uma nota sobre o tema da prosperidade económica, realçando que, no início desta sessão, já se falou precisamente na capacidade de atração de investimento que existe em Santa Maria da Feira, e, agora, já se diz que não há prosperidade económica e que a receita resulta do IMT e, já agora, também do IMI, e não da prosperidade económica.-----

Sobre a afirmação do membro Daniel Gomes de que as habitações no Concelho são baratas, disse que gostava que o mesmo lhe dissesse onde é que elas estão, pois, enquanto jovem, e como os demais jovens, gostava de saber onde é que existe habitação barata em Santa Maria da Feira, acrescentando ser da opinião que a habitação é cara e que a falta de oferta é um dos problemas que existe no Concelho. Salientou que a habitação existente é cara precisamente porque há prosperidade económica, porque há criação de emprego, levando a que as pessoas queiram vir viver para Santa Maria da Feira, o que resulta em habitação mais cara.-----

Concluindo disse que, se a prosperidade continuar até ao final do mandato, como tem acontecido nos últimos 9 anos, tem confiança que as receitas correntes até tenderão a aumentar e, portanto, não tem essa preocupação.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por agradecer o elogio dado pelo membro Daniel Gomes às boas Contas da Câmara.-----

Fez notar que, por vezes, a linguagem pode confundir, ressaltando que a Câmara de Santa Maria da Feira não é uma câmara rica, mas que é bem gerida e de boas contas, o que é uma riqueza, sublinhando que pagar a tempo e horas, ter capacidade de investimento e não dever mais do que o necessário faz da Câmara uma câmara rica, não porque tem dinheiro a mais, mas porque faz uma boa gestão dos dinheiros que tem.-----

Disse que muito do que o Daniel Gomes disse aplica-se ao Governo, salientando que também fica extraordinariamente preocupado com o nível



de rendimentos que existe, mas que tal não é da responsabilidade nem da competência da Câmara, comentando que, se fosse, garantia que a situação melhorava mesmo. Referiu que espera que o País aprenda, na gestão dos assuntos da Nação, com Santa Maria da Feira, nomeadamente quanto ao investimento nas empresas, no tecido produtivo, na criação de riqueza, na produção de bens transacionáveis, frisando que é isto que dá riqueza à região. Realçou que há regiões do País, principalmente uma, que vive muito à custa do trabalho dos outros, acrescentando que os portugueses pagam muitos impostos que vão parar ao sítio do costume, e que isso se reflete numa carga fiscal excessiva.-----

Disse não lhe parecer justa a crítica feita em relação ao preço da habitação, realçando que, conforme mencionado pelo membro Carlos Seixas, o Concelho tem um nível de preços da habitação elevado por força do investimento que existe, por força da criação de emprego, o que leva a que haja muita procura. Referiu ser um aspeto que se vai tentar melhorar, mas que o acesso à habitação não está nada fácil porque, em Santa Maria da Feira, a procura aumentou muito, o que levou a um aumento dos preços. -- Fez notar que, atualmente, já se vendem apartamentos em Santa Maria da Feira a 3 mil euros o metro quadrado, o que é brutal, salientando que já é muito difícil encontrar habitação a menos de 2 mil euros o metro quadrado, o que já não é um preço baixo.-----

Realçou que o Município tem um programa de habitação e que vai tentar construir habitação, com candidaturas aos fundos comunitários para baixar os preços e tornar a habitação acessível, comentando que também gostava que a habitação estivesse mais barata, mas que o sucesso de Santa Maria da Feira também se reflete nos preços, e que é isso que está a acontecer.-----

Disse também não lhe parecer que o Município vá ter, nos próximos anos, alguma crise ao nível da receita, realçando que, agora, o aumento deve-se à receita do IMT, mas que, no futuro, também vai haver um aumento do IMI,



que resultará do incremento quer de habitação quer de indústria.-----
Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara reforçou que há um grande crescimento no território e, portanto, mesmo que diminua a receita do IMT, a receita do IMI irá, quase de certeza, compensar essa diminuição.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD:32, IND, PS:3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 1 voto contra (BE) e 17 abstenções (PS:13, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município relativas ao ano de 2021 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

7 – Transferência de Competências – Municípios e Freguesias-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de junho de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que a IL defende o reforço das transferências e recursos para as juntas de freguesia, pelo que iria votar favoravelmente a proposta, até porque resulta de um diálogo entre a Câmara e as juntas de freguesia, que também saúda. Referiu que, contudo, a IL está preocupada com o impacto que a inflação está a ter nas despesas das Juntas, pelo que considera importante manter esta matéria sobre monitorização e atenção, comentando que poderá haver necessidade de, num futuro próximo, rever algumas destas questões.-----
Disse que, uma vez que se está a viver um processo de transferência de



competências do Estado Central para os municípios, a IL acha que faz sentido abrir também uma reflexão sobre as transferências dos municípios para as juntas de freguesia, pelo que sugere que, no contexto da preparação do próximo orçamento e plano de atividades para 2023, esta discussão possa acontecer. Salientou que a IL propõe-se para, de forma leal, contribuir para essa reflexão e fará chegar uma proposta à Câmara Municipal sobre eventuais novas transferências ou uma revisão deste processo de transferências entre a Câmara e as juntas de freguesia. -----
Disse que a IL não quer apenas sobrecarregar as transferências do Estado para os municípios, mas também aliviar os municípios com algumas transferências para as juntas de freguesia, com o respetivo cheque. -----
Concluindo, disse que a IL quer dar este contributo para a preparação do próximo Plano de Atividades e Orçamento, assim como convidar os partidos a participarem numa reflexão conjunta sobre esta matéria. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que o assunto em apreço é muito sensível à gestão autárquica, principalmente para quem gere uma freguesia e para que os presidentes de Junta não sejam os parentes pobres do município, mas sim a primeira entidade a responder às necessidades das pessoas. Referiu que a delegação de competências deve privilegiar mais verbas, meios e condições para que esse trabalho seja feito com dignidade e com responsabilidade perante os fregueses, dando resposta às necessidades que têm. -----
Salientou que, tal como o CDS-PP não concorda que o Estado Central delegue competências nos municípios sem o acompanhamento dos devidos meios para as executar, também deixa a ressalva para que o presidente de junta de freguesia não seja um simples angariador de mais qualquer coisa, mas, antes, tenha as condições e as valências necessárias para desempenhar o seu papel perante as populações. -----



Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer, sobre a delegação de competências, que o Partido Socialista tem vindo a defender a sua posição quanto à importância que as freguesias têm, até pela proximidade com as populações, e o quanto é importante a Câmara passar-lhes estas competências juntamente com o respetivo envelope financeiro. -----

Disse não se poder apenar atirar para o Governo a necessidade do envelope financeiro quando este transfere competências para os municípios, ressaltando que a mesma regra também deve funcionar quando respeita a transferir competências dos municípios para as juntas de freguesia. -----

Referiu que, nesta matéria, há uma situação que causa preocupação ao grupo municipal do PS, e que não é de agora, já tem décadas, que é o problema da eficiência, da equidade e da transparência, comentando que, nesta sessão, quando se apreciou a Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município, falou no exemplo do valor de 360.600 € de horas de máquina. Disse que, se calhar, muitas dessas horas de máquina são colocados à disponibilidade das freguesias, e bem, mas que era importante ter alguma transparência e equidade na distribuição das mesmas pelas juntas de freguesia, e não serem atribuídas a quem aparecer primeiro ou dentro da disponibilidade que a Câmara entender ter, ou não, dessas horas de máquina. -----

De seguida, aludindo ao artigo 3.º do acordo e auto da transferência em apreço, disse que o mesmo artigo tem acompanhado as delegações de competências há muitos anos, mas que pode ser melhorado, até tendo em conta a preocupação que o Sr. Presidente de Câmara tem demonstrado, ao longo desta sessão, em relação à importância das freguesias. Fez notar que esse artigo fala na Câmara poder facultar meios patrimoniais para o exercício das competências delegadas, e que isso sempre dependerá da existência e disponibilidade dos mesmos e de prévia autorização, realçando, a esse respeito, que aquilo que as juntas de freguesia precisam



mesmo é de muita disponibilidade, seja de apoio técnico, seja de acompanhamento para que a obra se concretize, porque todos sabem que a junta de freguesia sabe fazer bem, mas que precisa dos meios e das ferramentas necessárias para o fazer. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara fez um bonito discurso à custa do assunto da desagregação de freguesias, mas que, na altura em que as freguesias passaram por esse processo, ela era autarca, recordando que esta Assembleia Municipal não resolveu graves problemas de enclaves existentes no território, que se mantêm, e que a Câmara também não os resolveu, realçando ainda que se votou contra a vontade de muitas assembleias de freguesia da altura. -----

Salientou ser por essa razão que, agora, se está a avançar com o processo da desagregação de freguesias, dizendo esperar que aquelas que não vão ser desagregadas tenham executivos à altura para que exista um serviço de proximidade digno, realçando que os cidadãos pagam muitos impostos e merecem ter serviços públicos de qualidade. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por dizer, relativamente ao ponto em questão, que primeiramente tem de se perceber o contexto em que o país se encontra, sobretudo o contexto inflacionista, fazendo notar que esse contexto resulta também num aumento das verbas a transferir, dizendo entender que há a passagem do devido envelope financeiro. Disse ser evidente que as juntas de freguesia preferem sempre receber mais, tal como a Câmara também preferia receber mais do Governo, sublinhando que é normal cada órgão não estar completamente satisfeito com o que recebe.-----

Salientou que, na sua opinião, a Câmara esteve bem ao ter em conta o aumento das necessidades para as juntas de freguesia, face aos custos superiores, mas que também queria dar nota que o Governo Central deve ter um papel preponderante na partilha dos custos da inflação, apoiando



os municípios e, conseqüentemente, as juntas de freguesia, para que possam enfrentar o período inflacionista que se atravessa. -----

Fez notar que grande parte das transferências financeiras em questão são efetuadas pela Direção-Geral das Autarquias Locais, tendo ainda a Câmara Municipal um conjunto de transferências de capital e de subsídios que oferece às juntas de freguesia. -----

Quanto à crítica feita à cláusula terceira disse que a mesma não trata de bens patrimoniais porque, para isso, há outros protocolos, outros subsídios, outro tipo de transferências de capital, concluindo por dizer que o grupo municipal do PSD vai, naturalmente, votar favoravelmente a proposta, comentando que é sempre positivo haver um aumento dos valores que serão atribuídos às juntas de freguesia. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que salientou, sobre a questão dos enclaves, que os mesmos não ficaram resolvidos porque essa foi a vontade das respetivas populações e a Câmara preferiu respeitar essa vontade. -----

Disse concordar que os cidadãos pagam demasiados impostos e que têm serviços públicos de baixa qualidade, acrescentando ser bom que a deputada municipal Susana Correia, sendo também Deputada da Nação, também já tenha percebido isso, fazendo votos para que a mesma faça chegar essa informação à Assembleia da República para que todos percebam que os portugueses não têm serviços públicos ao nível dos impostos que pagam. -----

Referiu que outro aspeto que diferencia a Câmara do Governo é que a Câmara acompanha o processo, dizendo julgar que alguns presidentes de junta de freguesia nem tinham conhecimento de que a Câmara iria aumentar tanto os valores a transferir, reforçando que a Câmara sabia das necessidades, ouviu as juntas e negociou com elas, tendo feito o ajuste de acordo com números que entende adequados, designadamente face à



grande referência que é o salário mínimo nacional. -----
Disse que é muito fácil para o Governo decretar o aumento do salário mínimo nacional, mas, depois, não acompanhar o que isso representa de aumento na despesa das instituições, comentando que basta falar com os presidentes das IPSS para perceber que, sempre que aumenta o salário mínimo, tal acarreta uma carga de trabalhos para garantir a sustentabilidade da instituição porque os acordos celebrados com o Estado nunca são atualizados em conformidade. Referiu que o setor vive numa asfixia permanente porque há uma grande décalage entre aquilo que são os aumentos decretados pelo Estado e aquilo que são os aumentos das transferências para as IPSS, reforçando que, no Município de Santa Maria da Feira, a Câmara está atenta, procurando sempre ir ao encontro das necessidades das freguesias, e que é isso que está a acontecer. -----
Concluindo a sua intervenção aludiu à questão das horas de máquina para esclarecer que as mesmas podem ser atribuídas a qualquer freguesia, para abrir uma vala, para deitar um muro abaixo ou outro tipo de obra, sublinhando que é um conjunto de horas que a Câmara tem e que são utilizadas pelas brigadas, nos vários locais do território concelhio. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:32, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a celebração do acordo de transferência de competências entre o Município e as Juntas de Freguesia, nos termos da minuta do acordo e auto de transferência de recursos e o quadro anexo discriminativo que o integra – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas – a que se refere a deliberação camarária supramencionada. -----

8 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do



Município, de uma parcela de terreno sita na Rua do Pomar, em Gião, União das Freguesias de Lobão, Louredo e Guisande-----

9 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno, sita na Rua do Futuro, da freguesia de Argoncilhe -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 20 de junho de 2022 e de 11 de abril de 2022, respetivamente, e restante documentação que as acompanha – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que, aludindo ao ponto da desafetação da parcela de terreno sita na Rua do Futuro, disse querer colocar as mesmas questões que foram colocadas na sessão anterior desta Assembleia. Questionou qual foi o interesse da Câmara Municipal para exigir esta parcela de terreno na altura da construção da fábrica, se foi por imposição do PDM. -----

Disse que a CDU deslocou-se ao local e verificou que a obra já se encontra em execução, que a rampa de acesso está em construção e o muro de vedação está construído, questionando se a Câmara Municipal sabe que a obra já está em execução, mesmo antes de aprovada a desafetação.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que fez notar, em relação ao ponto n.º 8 sobre a desafetação de parcela de terreno sita na Rua do Pomar, que o BE não tem nada a comentar e iria votar favoravelmente. -----

Quanto ao ponto n.º 9, sobre a desafetação de parcela de terreno na Rua do Futuro, referiu que, da análise da documentação disponibilizada,



surgiram ao BE algumas questões, pelo que solicitava ao Sr. Presidente da Câmara alguns esclarecimentos. -----

Questionou qual o motivo para a cedência inicial dessa parcela de terreno ao erário público e porque é que o terreno não foi utilizado pela Câmara para o fim que justificou a cedência inicial, da parte do privado para o erário público.-----

Questionou ainda quais foram as contrapartidas arrecadadas pelo privado na cedência inicial, ou seja, o que é que foi oferecido pela Câmara como contrapartida pela cedência daquela parcela. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse também querer fazer alguns pedidos de esclarecimento, e que um deles tem a ver com o que está escrito nos documentos disponibilizados, quando se diz que a parcela de terreno, à data cedida ao domínio público, não foi ocupada ao fim anteriormente destinado. Nesse âmbito, questionou qual era o fim destinado e como é que deixou de haver essa necessidade de aproveitamento e de interesse para o domínio público.-----

Referiu que, nos documentos, também é referido que para o local existe um plano de alinhamentos realizado pela Divisão de Cartografia e Informação Geográfica, e que a proposta apresentada pela requerente dá cumprimento a esse plano de alinhamentos. Disse que, em relação a este aspeto, a pergunta que coloca é se fica salvaguardado, por algum protocolo, que esse plano de alinhamentos vai ser cumprido. -----

Concluindo, disse que também gostava de saber, em relação à parcela que a Câmara se disponibiliza para vender, qual vai ser o procedimento da venda e qual o valor pelo qual vai ser vendida essa parcela.-----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que já é membro desta Assembleia há alguns anos e que, quando são discutidas situações de desafetação, há uma perseguição que até lhe causa alguma



urticária, particularmente feita pela CDU, realçando que continua a haver aquele discurso do 25 de Abril, em que existe a perseguição ao grande capital, às pessoas que, no concelho de Santa Maria da Feira, criam riqueza e criam emprego. Salientou a este propósito que, na verdade, não há grande capital no País porque, agora, estamos num mundo global e não há grande capital, mas que o PCP continua agarrado às realidades de há 50 anos, do 25 de Abril. -----

Recordou uma história ocorrida na força do 25 de Abril, em que o efusivo general Otelio Saraiva de Carvalho, em visita à Suécia, disse que em Portugal iam acabar com os ricos, ao que o Primeiro-Ministro Sueco, Olof Palme, respondeu dizendo que, na Suécia, preferiam acabar com os pobres. Neste âmbito, ressaltou ser esta a política de Santa Maria da Feira, a de acabar com os pobres, e que é essa política que divide e distingue o PSD da CDU, comentando que se pode ver onde está a Suécia e onde está Portugal. -----

Realçou que a desafetação em questão é muito simples, explicando que aquela via foi alargada, não há muitos anos, por força da edificação da fábrica que existe em frente, realçando que também existe um plano de alinhamentos definidos para aquele local. -----

Concluindo, salientou que a parcela que está a ser integrada no domínio privado do Município é completamente obsoleta, pelo que não se percebe a posição da CDU, mas que está habituado porque, ao longo dos anos, a CDU tem mantido esta postura. -----

Interveio o membro **Valdemar Silva** (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, que disse que, apesar de estar a favor da desafetação da parcela de terreno sita na Rua do Futuro, tem de fazer a ressalva de que, embora o processo tenha sido tratado como se a Rua do Futuro fosse da freguesia de Argoncilhe, não o é, pertencendo essa rua à freguesia de Sanguedo. -----



Disse também querer chamar a atenção que as obras que estão a ser feitas naquele local pela empresa Unicolor estão a provocar um gravíssimo atropelo, dando nota que aquela empresa tem uma área coberta de cerca de 11 mil metros quadrados e está a descarregar toda a água pluvial na Rua do Futuro, sem que se tenham criado as respetivas condutas das águas pluviais. Referiu que essa situação está a destruir aquela rua que foi pavimentada há poucos meses, lesando o erário público, pelo que pedia ao Vereador do Pelouro das Obras Municipais para solicitar aos respetivos serviços técnicos para irem ver o que ali se está a passar. -----

Concluindo a sua intervenção deixou à Mesa da Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara um panfleto oficial relativo à freguesia de Sanguedo, da autoria da própria Câmara Municipal, comentando que o mesmo comprova que a Rua do Futuro pertence à freguesia de Sanguedo. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, relativamente à questão da Rua do Futuro, disse que o que aparece nos documentos é que aquela rua divide as freguesias de Argoncilhe e Sanguedo, acrescentando que compreende a reivindicação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, mas que conhece muito bem a freguesia de Sanguedo, dando nota que aquela rua até foi feita pela Câmara Municipal. -----

Referiu que outra nota é para mostrar a sua surpresa pela forma como um assunto tão simples deu tal discussão, salientando que está em causa a desafetação de uma parcela de terreno que, na altura em que foi feito o loteamento e a rua, foi integrada no domínio público municipal e, posteriormente, quando se fez o plano de alinhamentos da rua, essa mesma parcela ficou como um enclave, que de nada serve para o Município, reforçando que, obviamente, não vai ser cedido ao privado a parte que vai ficar pública. -----

Relativamente ao preço da parcela a desafetar disse não ser ele a atribuir o preço, mas sim um perito da lista oficial de peritos, que faz a avaliação, e



que será por esse preço que o Município vai vender ao privado em questão, que é o único interessado naquela parcela, acrescentando que a lei permite que, quando há um único confrontante com o terreno a vender, se venda diretamente a esse.-----

Quanto às obras que já estarão a ser executadas, disse ter passado por aquele local de carro, há algum tempo, e reparou que as mesmas estão a ser executadas no espaço do privado, tendo o proprietário delimitado com uma rede essa parte, pelo que julga que as obras não terão entrado na parte pública. -----

Disse ser preciso ter bom senso e perceber que, por vezes, as coisas acontecem naturalmente e não há que ter qualquer receio de negociar com o privado, realçando que o Município só deve ter no domínio público aquilo que é necessário para o domínio público. -----

Concluindo, questionou como é que o Município pode defender os trabalhadores se não quer que as empresas sejam defendidas, respondendo que tal não é possível.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

8 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de uma parcela de terreno sita na Rua do Pomar, em Gião, União das Freguesias de Lobão, Louredo e Guisande-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor (PSD:32, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aprovar a desafetação do domínio público da parcela de terreno, com a área de 2,00 m², sita na rua do Pomar, da extinta freguesia de Gião – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos da deliberação camarária de 20 de junho de 2022.-----



9 – *Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno, sita na Rua do Futuro, da freguesia de Argoncilhe*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor (PSD:32, CDS-PP, IL, CH, IND, PS:3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 12 votos contra (PS) e 3 abstenções (BE, CDU, PS:1 – David Neves), aprovar a desafetação do domínio público, para integração no domínio privado do Município, da parcela de terreno com a área de 297,30 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz predial urbana, da freguesia Argoncilhe, sob o artigo P4603 e com a descrição predial n.º 5254/Argoncilhe Gião – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos da deliberação camarária de 11 de abril de 2022.-----

10 – Regulamento do Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual solicitou ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que fizesse a apresentação do mesmo, tendo este apresentado o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 6 de junho de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **João Vidal** (CDU) que disse que se iria abster na votação deste ponto porque o documento é omissivo quanto a como vão ser distribuídas as verbas pelas diferentes instituições. Referiu que, além disso, a CDU ficou surpreendida com a discriminação que a Câmara faz às juventudes partidárias e sindicais, pelo que questiona à Câmara se considera as juventudes partidárias e sindicais como uma forma menor de organização da juventude.-----



O Vereador **Gil Ferreira** questionou ao membro João Vidal em que enquadramento fez essa afirmação, se é no enquadramento de um regulamento que pressupõe uma política de apoio a organizações sem fins lucrativos, que atuam na sociedade civil, ou se é no enquadramento de entidades privadas e de um domínio de interesse que não é o interesse coletivo, mas sim o interesse particular daquelas organizações. -----
Referiu que precisava de perceber em que contexto foi feita a afirmação, para poder esclarecer, ao que o membro **João Vidal** disse que o regulamento em apreço é para apoiar associações juvenis que têm interesses privados, quando as juventudes partidárias têm interesses coletivos, e que é essa a questão. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** interveio e disse jogar que estava a haver qualquer confusão, pois estava-se a falar do regulamento de apoio juvenil, e não a falar de interesses privados, como é evidente, pelo que poderia ter havido alguma má interpretação, fazendo notar que os partidos que têm juventudes partidárias participaram na discussão do regulamento. -----
Salientou que os financiamentos dos partidos já estão regulados em lei própria e que o regulamento em apreço é uma coisa diferente, é um apoio às associações juvenis, frisando que não há discriminação pois, como disse, há um quadro legal que regula o financiamento dos partidos. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:32, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar o Regulamento do Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----



11 – Programa Movimento e Bem-Estar – Atualização de Honorários a liquidar aos professores -----

- Transferência de verbas 2021-2022 -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de maio de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Instrui o assunto o quadro a que se refere a deliberação camarária supraidentificada – documento que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse, sobre o Programa em referência, que ao ler a ata da reunião de Câmara viu que uma das vontades era que, realmente, se pagasse ainda melhor aos professores do que o proposto, comentando que o Sr. Presidente da Câmara já disse que se as coisas fossem da responsabilidade da Câmara melhoravam a sério, pelo que esta era uma ocasião para a Câmara dar um sinal em cumprimento das frases que o Sr. Presidente da Câmara apregoa. Referiu que o Programa Movimento e Bem-Estar tem mais de 20 anos e conhece de perto as dificuldades que os professores têm tido, nomeadamente quanto ao valor que lhes é pago à hora, assim como sabe que, muitas vezes, têm de ser as Juntas de Freguesia a vestirem a capa de pagador, sendo reembolsadas mais tarde pela Câmara Municipal. Comentou que já houve esse problema e que, se já não há, ainda bem porque é sinal que a gestão pairou na Câmara, porque durante muitos anos foi uma grande problemática que as Juntas tiveram que debater.----- Disse que está em causa a população sénior, salientando que o Sr. Presidente da Câmara já apresentou, nesta Assembleia, um grande projeto



inovador para a prevenção e promoção da Saúde, que mede os sinais vitais através do telemóvel e faz a comunicação dos mesmos ao médico de família, ressaltando que o Programa Movimento e Bem-Estar é um dos programas que melhor pode promover a Saúde. Referiu que, assim, deixa o desafio à Câmara Municipal, aos seus bons técnicos e aos bons professores que tem ao seu serviço, para que seja feito um upgrade deste programa porque o mesmo merece ser integrado na prevenção e na ligação com a Saúde, para que seja um verdadeiro programa de movimento e bem-estar e não sirva apenas a população das IPSS e das Associações, mas seja aberto às restantes Juntas de Freguesia e à sociedade civil, num verdadeiro programa de prevenção. -----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que, aludindo à questão dos honorários, referiu que a Câmara está a propor um aumento de 25%, passando de 10 para 12,50 € por hora, o que lhe parece um valor apropriado, comentando que muitos dos professores têm outras atividades, sendo este um ganho extra que têm.-----

Sobre a questão da promoção da Saúde disse aplaudir por a Susana Correia ter também chegado a esse entendimento, dando nota que, como já disse algumas vezes, o Executivo quer que o Município passe do atual paradigma da saúde curativa, em que as pessoas vão ao médico quando estão doentes, para um programa de saúde preventiva, para conseguir atingir o que os países nórdicos já conseguiram, que é, após os 65 anos, as pessoas terem mais 15,9 anos de vida com qualidade autónoma.-----

Disse que é precisamente por o Município ter um conjunto de programas neste âmbito que o levou a ser o único do País a ser escolhido para participar no projeto-piloto a que já aludiu, como é exemplo o Programa Movimento e Bem-Estar, que inclui iniciativas como as matinés dançantes, as caminhadas, o boccia, o futebol, assim como o Programa E-mili@ que é o programa municipal de literacia digital, onde os mais idosos aprendem a



lidar com o computador. Salientou que, no projeto-piloto que está a ser desenvolvido, essas pessoas mais idosas também vão aprender a lidar com o telemóvel, comentando que o telemóvel é, claramente, a grande ferramenta do futuro, até mais do que o computador.-----

Referiu que basta assistir a uma matiné dançante para comprovar que tais atividades não envolvem só a saúde física, pois a saúde mental também está associada, acrescentando que, enquanto Presidente da Câmara, está muito orgulhoso por ter colaboradores extraordinários, reforçando que é um trabalho desenvolvido por todos e que não quer puxar o mérito para si, frisando que a sua equipa tem uma capacidade de inovação e de trabalho absolutamente fantástica, o que faz com que, quando os outros começam a pensar nisto, em Santa Maria da Feira já se faça há muito tempo.-----

Concluindo, reforçou que todo o conjunto de projetos que Santa Maria da Feira tem no terreno, no âmbito da terceira idade, é que vai permitir melhorar a qualidade de vida das pessoas até depois dos 80 anos, daí ter sido selecionada para o projeto-piloto a desenvolver que visa ter saúde preventiva no Município. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD:32, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a transferência de verbas, no âmbito do programa em epígrafe, para as Juntas de Freguesia, que, seguidamente, se identificam: -----

- Junta de Freguesia de Arrifana – 1.200,00 €; -----
- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – 1.200,00 €; -----
- União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – 1.200,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Lourosa – 4.800,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares – 1.200,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Paços de Brandão – 1.200,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Rio Meão – 1.200,00 €; -----



- Junta de Freguesia de Romariz – 1.200,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Sanguedo – 1.200,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas – 2.400,00 €;-----
- União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – 1.349,50€; --
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – 3.600,00 €. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----
Nada mais havendo a tratar, às 24 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão da qual se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

A 2.ª Secretária,

Alexandra Sousa